

PRÉMIO IHRU 2011

.....
CONSTRUÇÃO
.....

.....
REABILITAÇÃO
.....

.....
TRABALHOS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA
.....



Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

PRÉMIO IHRU 2011

.....
CONSTRUÇÃO
.....

.....
REABILITAÇÃO
.....

.....
TRABALHOS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA
.....



Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território

EDIÇÃO Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.

COORDENAÇÃO, SECRETARIADO E REVISÃO DHRU/DIEC

Departamento de Análise de Programas e Certificação

Departamento de Relações Internacionais, Comunicação e Divulgação

Observatório da Habitação e da Reabilitação Urbana

Rogério Pampulha, Ricardo Guedes, Teresa Pereira e Isabel Forjaz.

FOTOGRAFIAS António Baptista Coelho e Promotores

TEXTOS Projectistas

DESIGN GRÁFICO www.tvmdesigners.pt

IMPRESSÃO Textype

TIRAGEM 750 exemplares

ISSN 2182-4487

DEPÓSITO LEGAL 319 516/10

IHRU - INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.

Sede: Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5 - 1099-019 Lisboa

Tel. 21 723 15 00 | Fax 21 726 07 29

Delegação: Rua D. Manuel II, n.º 296, 6.º andar - 4050-344 Porto

Tel. 22 607 96 70 | Fax 22 607 96 79

SIPA - Sistema de Informação para o Património:

Forte de Sacavém, Rua do Forte do Monte Cintra - 2685-141 Sacavém

Tel. 21 942 77 80 | Fax 21 942 77 89

Linha Verde 800 201 684 | e-mail: ihru@ihru.pt | www.portaldahabitacao.pt

PRÉMIO IHRU 2011 DE CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO

| | |
|----------------------|----|
| APRESENTAÇÃO | 6 |
| CONSTITUIÇÃO DO JÚRI | 10 |

VARIANTE CONSTRUÇÃO

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|----|
| PROMOÇÃO MUNICIPAL E REGIONAL | |
| Prémio Empreendimento de 30 fogos na Urbanização das Bétulas, Vila Nova de Famalicão | 14 |
| OUTRAS CANDIDATURAS | 23 |

VARIANTE REABILITAÇÃO

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------|----|
| REABILITAÇÃO ISOLADA DE IMÓVEIS | |
| Prémio Escola Secundária de Pedro Nunes, Lisboa | 26 |
| Menção honrosa Casas para Duas Irmãs, Rua de Sá da Bandeira, n.ºs 220-222, Porto | 34 |
| Menção honrosa Edifício da Rua de Miragaia, n.ºs 13 e 14, Porto | 40 |
| REABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO | |
| Prémio Parque da Ponte, Braga | 46 |
| REABILITAÇÃO INTEGRADA DE CONJUNTOS URBANOS | |
| Menção Honrosa Bairro do Lordelo do Ouro, Porto | 54 |
| OUTRAS CANDIDATURAS | 60 |

| | |
|--------------------------------------------------------------|----|
| REGULAMENTO DO PRÉMIO IHRU 2011 DE CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO | 66 |
|--------------------------------------------------------------|----|

PRÉMIO IHRU 2011 PARA TRABALHOS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

| | |
|-------------------------------------|----|
| APRESENTAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO JÚRI | 72 |
|-------------------------------------|----|

TESE DE DOUTORAMENTO

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Prémio <i>Casa e Mudança Social: uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa</i> | 76 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

TESE DE MESTRADO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Prémio <i>Comportamento ao fogo de vigas de betão armado reforçadas à flexão com laminados de fibras de carbono (CFRP). Desenvolvimento de sistemas de protecção ao fogo</i> | 80 |
| OUTRAS CANDIDATURAS | 84 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------|----|
| REGULAMENTO DO PRÉMIO IHRU 2011 PARA TRABALHOS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA | 86 |
|-----------------------------------------------------------------------|----|



PRÉMIO IHRU 2011

CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO

APRESENTAÇÃO

PRÉMIO IHRU 2011 DE CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO

Os empreendimentos, candidatos ao Prémio IHRU 2011, nas variantes Construção e Reabilitação são, abaixo, referenciados e analisados.

Na variante Construção, foram registadas oito candidaturas, sendo quatro de Promoção Municipal e Regional, três de Promoção Cooperativa e uma de Promoção Privada.

Na variante Reabilitação, foram registadas trinta e oito candidaturas, sendo vinte e uma na vertente Reabilitação Isolada de Imóveis, cinco na vertente de Reabilitação ou Qualificação de Espaço Público e doze na vertente Reabilitação Integrada de Conjuntos Urbanos.

O Júri incluiu representantes das seguintes instituições: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, Ordem dos Arquitectos e Ordem dos Engenheiros.

Numa primeira reunião, foi feita uma pré-selecção dos empreendimentos a visitar, tendo sido elaborado um programa de visitas.

Na última reunião, efectuada após as deslocações aos empreendimentos seleccionados, o Júri decidiu atribuir, a cada variante, as seguintes distinções:

1. Variante Construção

1.1. Promoção Municipal e Regional

Prémio IHRU, ao empreendimento de 30 fogos na Urbanização das Bétulas, Vila Nova de Famalicão, promovido pelo Município de Vila Nova de Famalicão, construído pelas empresas Inemetro – Construções, Lda e ABB – Alexandre Barbosa Borges, S.A., com projecto coordenado pelos Arquitectos João Pestana e Luís Caldeira e pelo Arquitecto Paisagista Jorge Maia.

A Urbanização das Bétulas é um empreendimento constituído por habitações e equipamento de apoio social, destinado ao realojamento de uma população de etnia cigana. É um conjunto de grande unidade e equilíbrio entre o volume edificado e o espaço exterior público que sugere percursos e zonas de estadia amigáveis, estimuladoras de convívio entre vizinhos, onde a estrutura arbórea, de acompanhamento das fachadas, dialoga com o ritmo dos vãos das mesmas.

As habitações têm uma organização espacial de fácil apreensão, um equilibrado dimensionamento de áreas e adequadas condições de ventilação e iluminação natural. Este empreendimento é o resultado de um projecto com um conceito claro, racional e ajustado a um programa, muito específico. Registamos a satisfação, em relação ao empreendimento, apresentada pelos moradores com quem contactámos durante a visita.

Salienta-se, assim, tratar-se de um conjunto caracterizado por uma interessante arquitectura urbana, que desenvolve uma excelente relação de integração e de diálogo com a respectiva envolvente, que assegura

um sentido próprio e local de vizinhança, que usa ao máximo o espaço público, em termos de uma vivência diária e intensa e que, ao nível do espaço doméstico, demonstra adequados cuidados de organização funcional e de pormenorização em termos de manutenção e conforto ambiental.

2. Variante Reabilitação

2.1. Reabilitação Isolada de Imóveis

Prémio IHRU, à Escola Secundária de Pedro Nunes, Lisboa, reabilitação promovida pela Parque Escolar E.P.E., construção das empresas Novopca – Construtores Associados, S.A., Eiffage – Construction, S.A., Teodoro Gomes Alho, S.A., João Jacinto Tomé, S.A., com projecto coordenado pelos Arquitectos Pedro Viana Botelho, Maria Rosário Beija e pelo Arquitecto Paisagista Luís Cabral.

A intervenção na Escola Secundária de Pedro Nunes envolve a reabilitação do antigo edifício escolar e a construção de um novo corpo. No edifício pré-existente foi respeitada a espacialidade, os materiais e as técnicas construtivas, melhorando-se a salubridade, conforto térmico, lumínico e acústico dos espaços, para além de um adequado reforço estrutural. No novo corpo, que vem dar resposta a novas necessidades pedagógicas, valoriza-se a sua funcionalidade, a sua linguagem sóbria, mas com identidade, e a articulação, serena, com os edifícios e espaços exteriores pré-existentes. Foram, ainda, criados novos recreios, de convívio e desporto, de grande agradabilidade e conforto. Esta reabilitação é a demonstração de que os edifícios se podem adaptar a novas necessidades sem deixar de garantir

a valorização e preservação do património que nos foi legado.

Menção Honrosa, às Casas para Duas Irmãs, na Rua de Sá da Bandeira, n.º 220-222, Porto, reabilitação promovida por Joana Carvalho dos Santos e Marta Joana Santos, construção das empresas Empalme – Sociedade de Construções Lda e Soemfis – Sociedade de Empreitadas e Fiscalização, S.A., com projecto coordenado pelos Arquitectos Nuno Valentim, Frederico Eça e Maria Milano.

A reabilitação do edifício urbano, designado por Casas para Duas Irmãs, é uma intervenção singular, em resposta a um programa muito específico. Em contraste com o rigor e respeito pela traça das fachadas, temos um interior espacialmente subvertido, com a sua compartimentação reduzida ao estritamente necessário, delineado por pormenorização minimalista e em que a luz natural ganha um protagonismo especial, como eixo central do edifício. Todos os detalhes revelam uma grande coerência de linguagem e um elevado nível de projecto e execução. Salienta-se, ainda, a importância deste exemplo, no sentido de uma necessária abertura da concepção do espaço doméstico a novas tipologias, em resposta a novos modos de habitar.

Menção Honrosa, ao Edifício da Rua de Miragaia, n.º 13 e 14, Porto, reabilitação promovida pela Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuguesa, S.A., construção da empresa Eri – Engenharia, S.A. e projecto do gabinete J. Bragança, M. Marques – Arquitectos, Lda.

A reabilitação do Edifício da Rua de Miragaia é uma intervenção particularmente exigente,

pela exiguidade das áreas disponíveis, nos diferentes pisos e pelos problemas estruturais e construtivos encontrados. Realçam-se, num contexto de áreas muito exíguas, as soluções encontradas para os espaços distributivos e a criativa solução para a zona de preparação de refeições e outros espaços servidores das casas e o bom nível da construção, onde se respeitaram os materiais e as técnicas tradicionais. Estamos perante um caso positivo de reabilitação habitacional, que integra o tecido urbano corrente, envelhecido e regulamentarmente crítico, abundante nos nossos centros históricos. Proporciona mais um exemplo na urgente melhoria urbana e vivencial dessas zonas citadinas.

2.2. Reabilitação e Qualificação de Espaço Público

Prémio IHRU, ao Parque da Ponte, Braga, reabilitação promovida pelo Município de Braga, construção das empresas Soares & Grego, Lda, Artur da Silva Ribeiro, Lda, Construtora da Loureira, Lda, com projecto coordenado pelos Arquitectos Sérgio Borges e Miguel Castro e pelo Arquitecto Paisagista Carlos Arantes.

A revitalização do Parque da Ponte, é uma intervenção criteriosa que teve em conta a estrutura romântica deste espaço, onde se salvaguardam, a modelação do terreno, o circuito da água, as espécies de porte exemplar e/ou de relevância botânica e as construções existentes. Os novos

equipamentos estabelecem uma relação mimética com toda a envolvente, valorizando e potenciando as possibilidades de utilização deste espaço. O cuidado no desenho, dedicado e exclusivo do mobiliário garante uma coerência de forma de todo o espaço. Esta reabilitação permitiu recuperar uma zona verde abandonada, rejeitada e de má utilização, num espaço de lazer, atractivo e de uso intenso.

2.3. Reabilitação Integrada de Conjuntos Urbanos

Menção Honrosa, ao Bairro do Lordelo do Ouro, Porto, reabilitação promovida pela DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.E.M., construção das empresas Lúcio da Silva Azevedo e Filhos, S.A., Alberto Martins de Mesquita e Filhos, S.A., Ferreira Construções, S.A., com projecto coordenado pelo Engenheiro Vasco Peixoto de Freitas.

A reabilitação do Bairro do Lordelo do Ouro configura uma boa prática de reabilitação que se entende divulgar. Partindo de um estado caótico e de degradação, a que chegou este Bairro, fez-se uma intervenção, onde foi reintroduzida a uniformização da imagem do conjunto, sem deixar de satisfazer as expectantes necessidades dos seus moradores. Melhoram-se significativamente, também, as condições de conforto térmico ambiental e de salubridade dos edifícios. É um esforço que deverá prosseguir no espaço exterior público, neste momento ainda por intervencionar.



PRÉMIO IHRU 2011

CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO

CONSTITUIÇÃO DO JÚRI

Dr. António José Mendes Baptista

Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Habitação
e da Reabilitação Urbana

Arq.º Rogério de Oliveira Pampulha

Representante do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

Arq.º António Baptista Coelho

Representante do Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Arq.º Paisagista José Cubeles Lousan

Arq.º Paisagista José Luís Veludo Vieira Pereira

Representantes da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas

Arq.º Carlos Silva Lameiro

Representante da Ordem dos Arquitectos

Eng.º Luís Oliveira Santos

Representante da Ordem dos Engenheiros

A pré-avaliação das candidaturas foi feita
por uma Comissão Técnica constituída por:

Arq.º Rogério de Oliveira Pampulha

(IHRU/Lisboa)

Arq.^a Aurelina Viegas

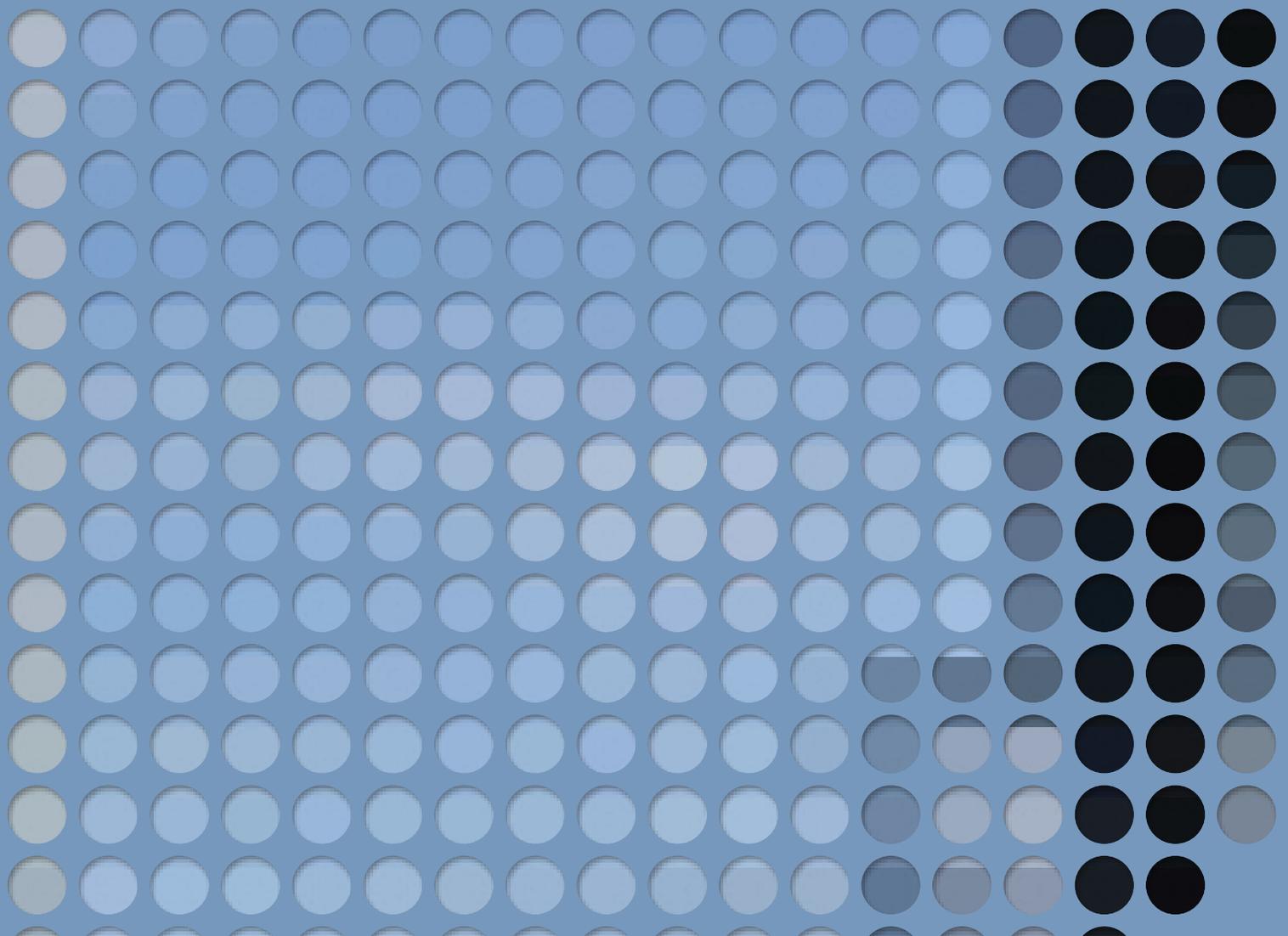
(IHRU/Lisboa)

Eng.º Joaquim Jorge Tavares Vieira

(IHRU/Porto)



CONSTRUÇÃO



Empreendimento de 30 fogos

Urbanização das Bétulas, Vila Nova de Famalicão

PROMOTOR Município de Vila Nova de Famalicão

CONSTRUTORES Inmetro - Construções, Lda · ABB - Alexandre Barbosa Borges, S.A.

PROJECTISTAS COORDENADORES Arquitectos João Pestana e Luís Caldeira ·
Arquitecto Paisagista Jorge Maia



A Urbanização das Bétulas resulta de um projeto de arquitetura desenvolvido com vista à construção de um conjunto de 30 fogos a custos controlados que a Câmara Municipal de Famalicão pretendeu levar a efeito para realojamento de trinta famílias de etnia cigana, num terreno situado na rua Joaquim de Azuaga, na freguesia de Calendário, concelho de Vila Nova de Famalicão.

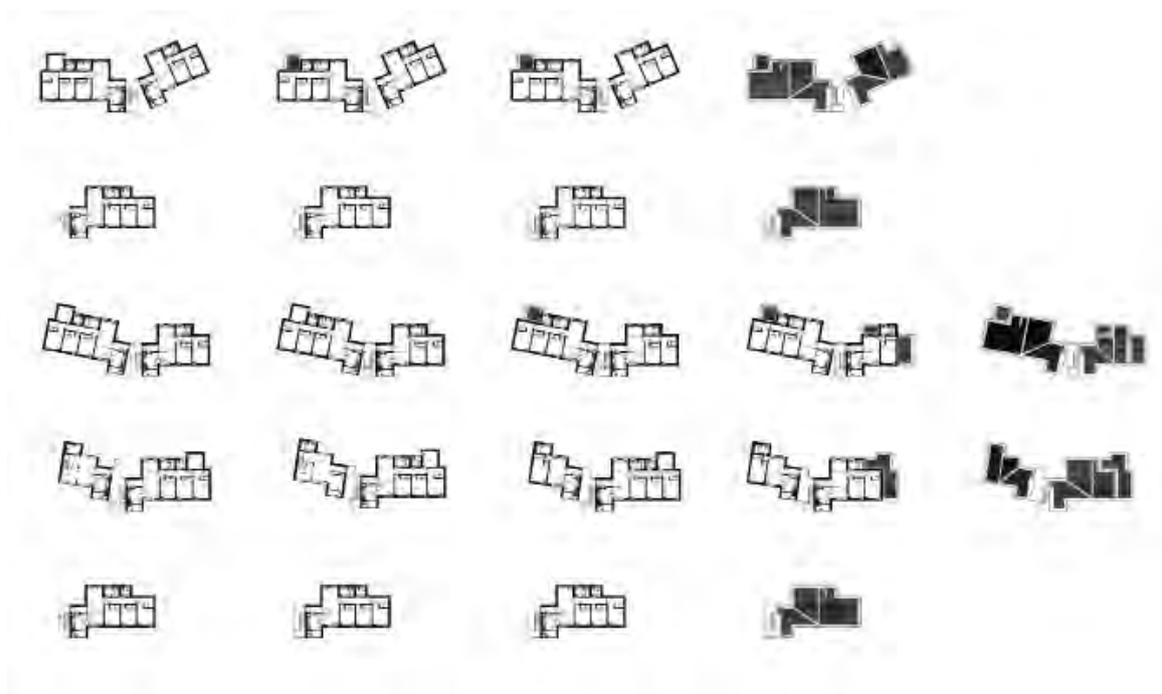
Após o recenseamento da população existente no acampamento, junto da estação dos caminhos de ferro, o programa é decidido com base nos dados numéricos obtidos e na contribuição de informações adquiridas pelos técnicos do Município.

Para que a organização deste processo possa ganhar alguma flexibilidade, opta-se por uma pesquisa sobre uma unidade de habitação evolutiva que, por justaposição ou subtração, solucione a estruturação da diversidade de tipologias exigidas.

A disposição dos apartamentos – definida por uma modelação da sua estrutura funcional que permite partir de um T1 chegando por justaposição a um T2, T3 ou T4 – determina a configuração dos diferentes blocos, em que as tipologias maiores se encontram nos pisos inferiores e as menores nos pisos superiores. Tendo a sala como ponto central do fogo, os apartamentos organizam-se linearmente em direção à zona dos quartos servidos, conforme a tipologia, por uma ou duas instalações sanitárias. No sentido oposto, encontramos a cozinha, tenuemente separada da sala, a lavandaria e o hall de entrada.

No interior das habitações, para além de uma escolha criteriosa dos acabamentos, selecionados segundo as suas características de resistência, qualidade e forma, desenvolveu-se um esquema de contiguidade dos espaços comuns, formalizado na estreita “intimidade” entre a cozinha e a sala.





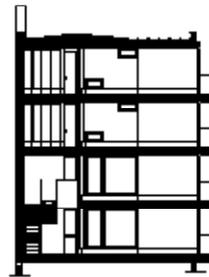
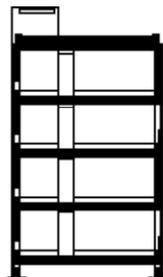
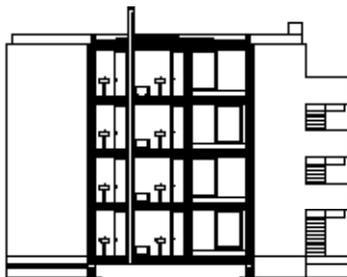
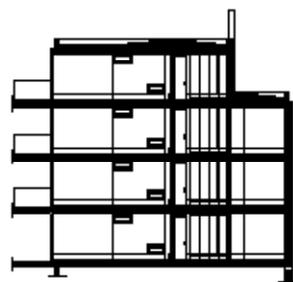
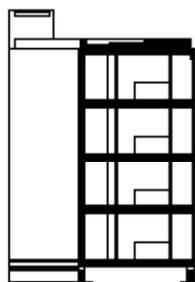
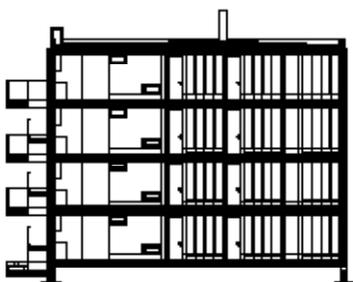
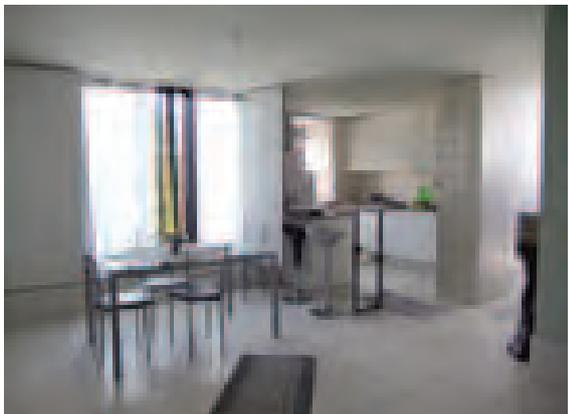


A implantação dos edifícios resulta simultaneamente da necessidade de cumprimento das normas legais vigentes, no que respeita aos afastamentos entre panos de fachadas, de distribuição das famílias por blocos independentes e da criação de uma dinâmica de alçado contínuo que permita a construção de um adequado cenário de rua.

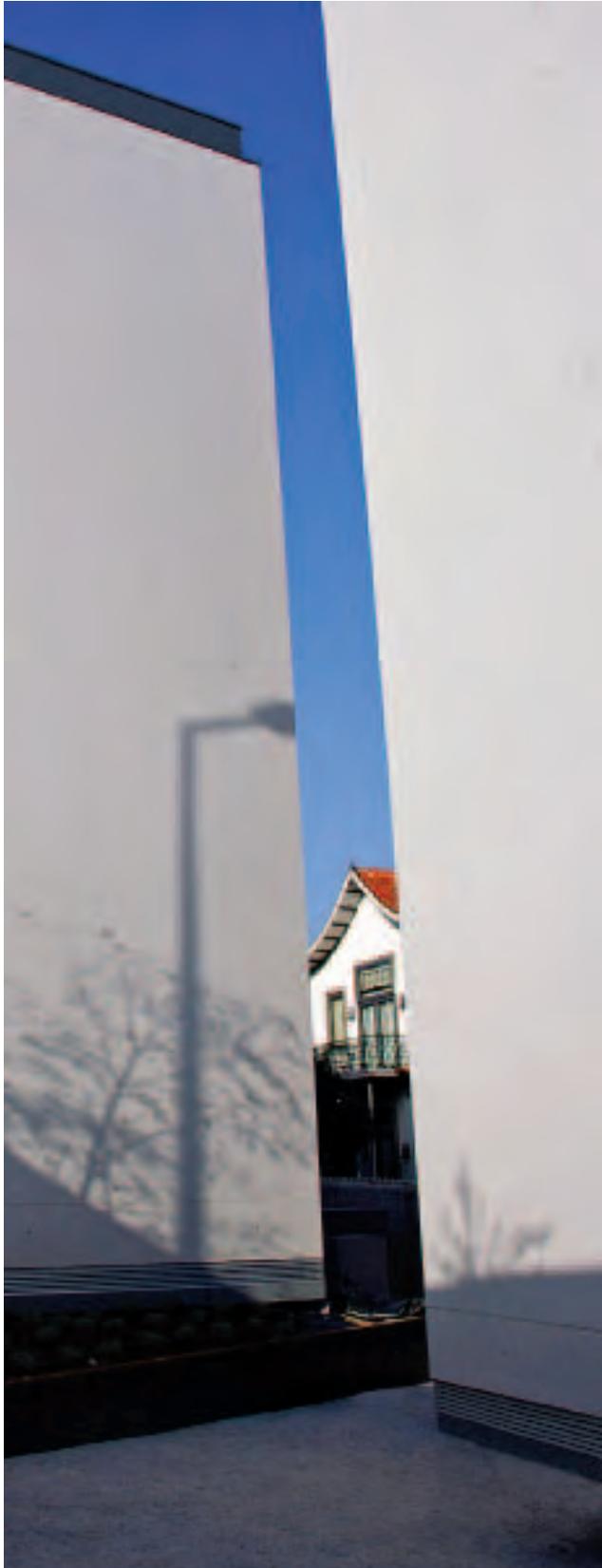
Os edifícios incluem quatro pisos acima da cota de soleira e desenvolvem-se ao longo das ruas marginais, originando o aparecimento de superfícies de estadia e enquadramento que, pelo seu desenho, sugerem uma unidade na operação urbanística.

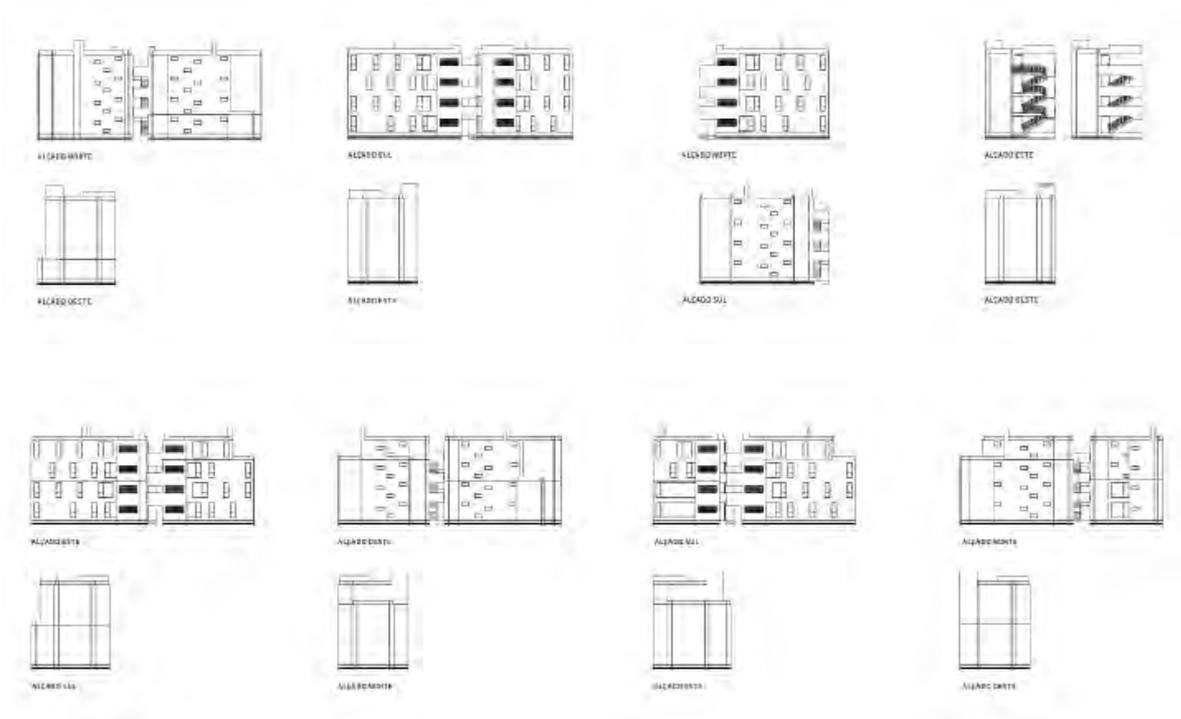
As plantações reforçam esta ideia de bosque urbano pontuado por volumes construídos.

A organização dos blocos foi dando origem a alguns vazios que, tratados como pátios/jardim, funcionaram como prolongamento das habitações, um pouco ao gosto da comunidade.











OUTRAS CANDIDATURAS

Empreendimento de 24 fogos

Rua Colégio Vera Cruz, Alvaiázere

PROMOTOR

Município de Alvaiázere

CONSTRUTOR

Odraude - Construção Civil e Obras Públicas, Lda

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto Artur Manuel Freire Caetano Silva

Empreendimento 11 fogos

Conjunto Habitacional Estádio do Mar III,
Matosinhos

PROMOTOR

Município de Matosinhos

CONSTRUTOR

Lúcios - Engenharia e Construção

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto João Ascensão

Empreendimento de 51 fogos

Torreira, Murtosa

PROMOTOR

Município da Murtosa

CONSTRUTOR

Construtora San José

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto José Maria Lopo Prata

Empreendimento de 112 fogos

Avenida da Catalunha, Monte Gordo

PROMOTOR

Unifaro - União de Cooperativas
de Habitação de Faro, U.C.R.L.

CONSTRUTOR

Lena Vacril Algarve, ACE

PROJECTO

Miguel Saraiva Arquitectos Associados

Empreendimento de 29 fogos

Edifício Foz do Guadiana,
Vila Real de Santo António.

PROMOTOR

Unifaro - União de Cooperativas
de Habitação de Faro, U.C.R.L.

CONSTRUTOR

Lena Vacril Algarve, ACE

PROJECTO

BCLC & Associados - Planeamento
e Arquitectura, Lda

Empreendimento de 58 fogos

Avenida da Catalunha, Monte Gordo

PROMOTOR

Unifaro - União de Cooperativas
de Habitação de Faro, U.C.R.L.

CONSTRUTOR

Lena Vacril Algarve, ACE

PROJECTO

Miguel Saraiva Arquitectos Associados

Empreendimento de 42 fogos

Urbanização Quinta da Igreja,
Mangualde

PROMOTOR

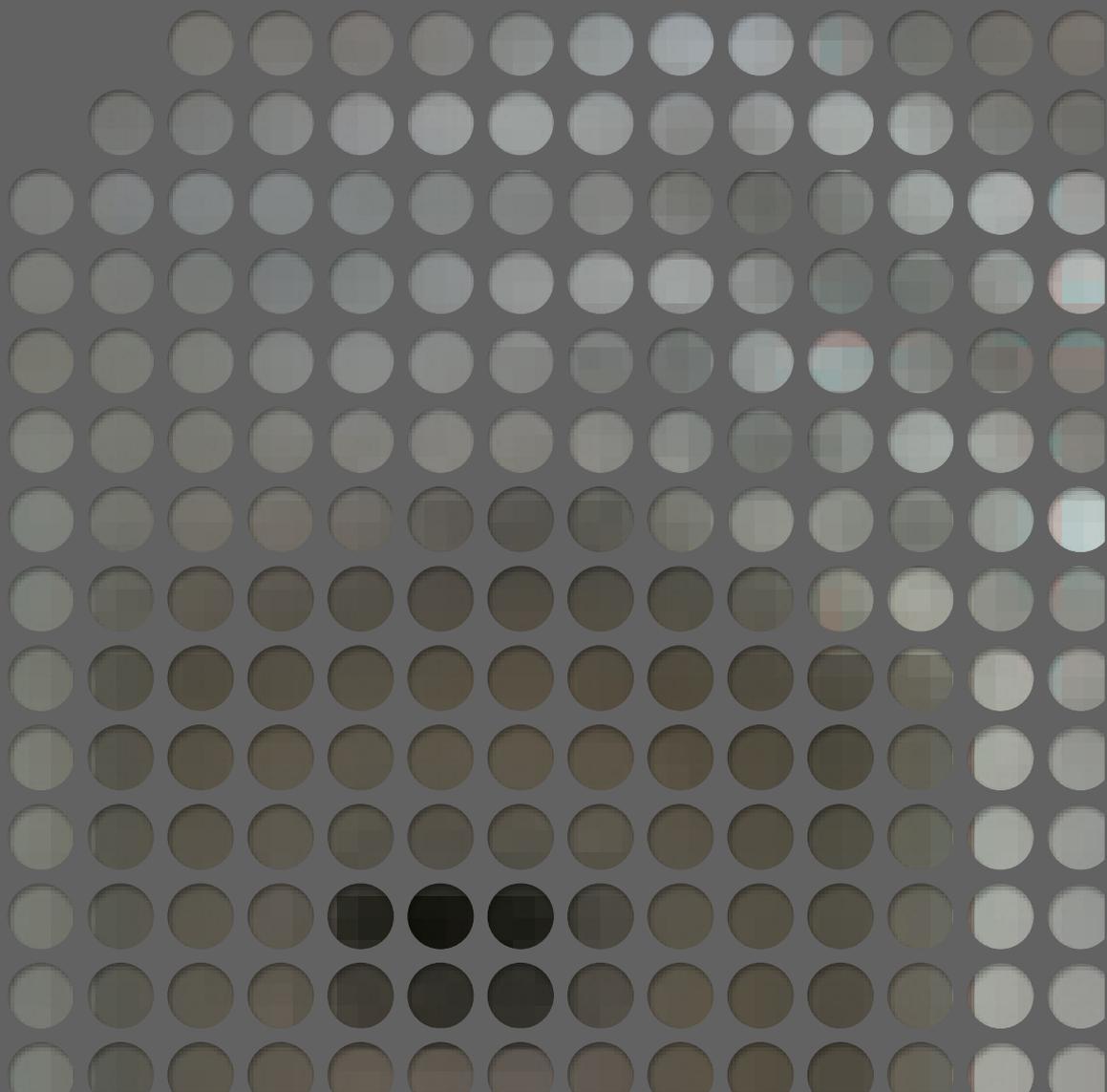
Hagen Imobiliária, S.A.

CONSTRUTOR

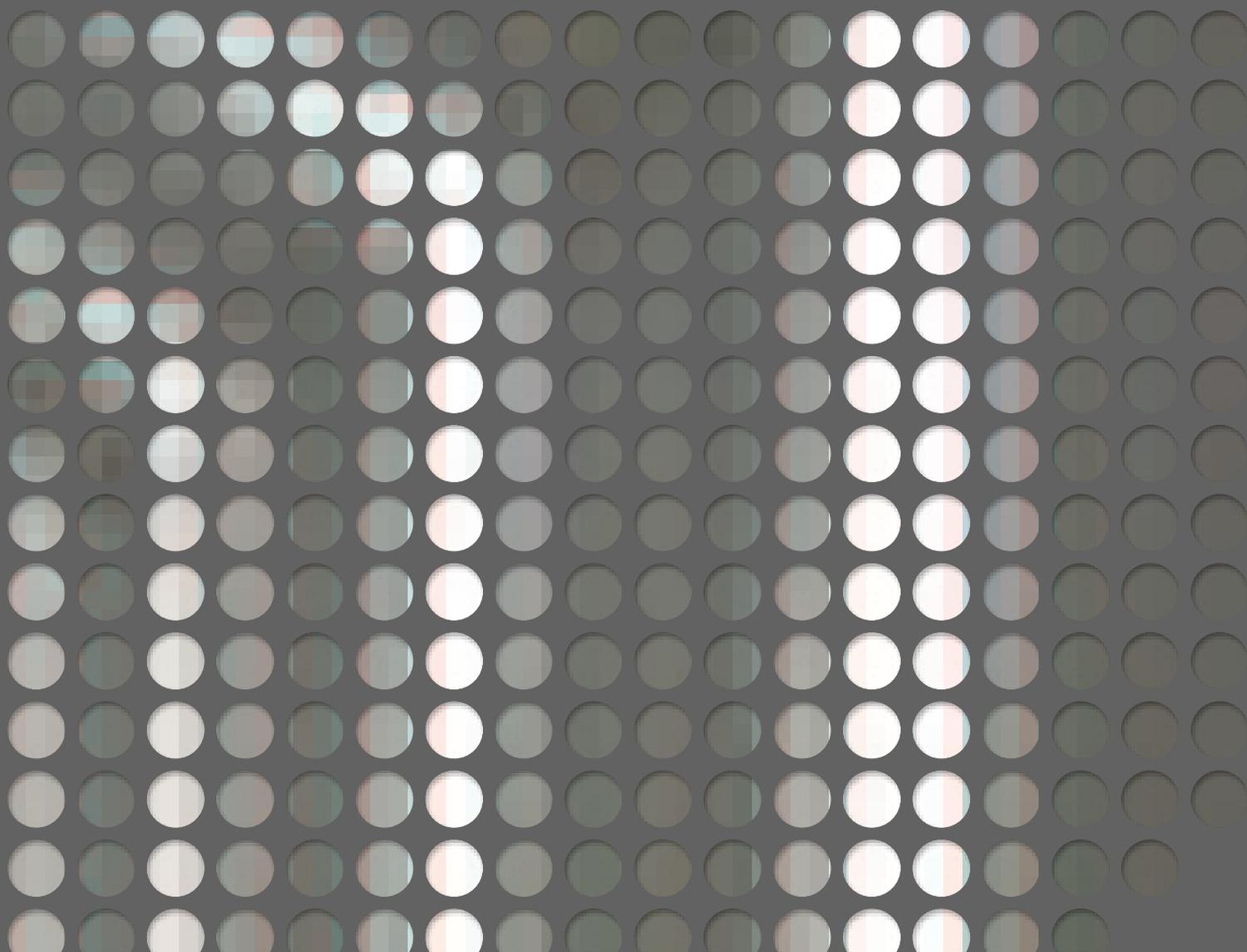
Hagen Engenharia, S.A.

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto Morais Soares



REABILITAÇÃO



Escola Secundária de Pedro Nunes

Lisboa

PROMOTOR Parque Escolar, E.P.E.

CONSTRUTORES Novopca-Constructores Associados, S.A. · Eiffage-Construction, S.A. · Teodoro Gomes Alho, S.A. · João Jacinto Tomé, S.A.

PROJECTISTAS COORDENADORES Arquitectos Pedro Botelho e Maria Rosário Beija · Arquitecto Paisagista Luís Cabral



O Liceu Pedro Nunes foi projectado pelo Arquitecto Ventura Terra tendo sido inaugurado no dia 17 de Novembro de 1911.

Até ao início da década de 60 do século passado, o Liceu manteve praticamente intactas a sua forma e organização originais: a nascente os edifícios principais e os pátios de recreio, a poente os campos de jogos.

No início da década de 60 assiste-se a uma ruptura no conjunto.

Na sequência da construção do novo Ginásio/cantina, projecto do Arquitecto José Segurado, que ocupou a metade poente do antigo campo de futebol, são demolidos os antigos recreios cobertos e as instalações da antiga cantina.

Esta operação altera drasticamente todo o conceito espacial original, no que respeita à definição dos espaços exteriores e articulação destes com o edificado, fazendo desaparecer os lugares centrais de convívio e recreio e surgindo no seu lugar uma área alcatroada indiferenciada ocupando todo o centro do lote, deixando completamente desamparados e fora de escala os antigos cobertos de distribuição, onde a telha e a madeira são rapidamente substituídos por fibrocimento e vigas de betão.

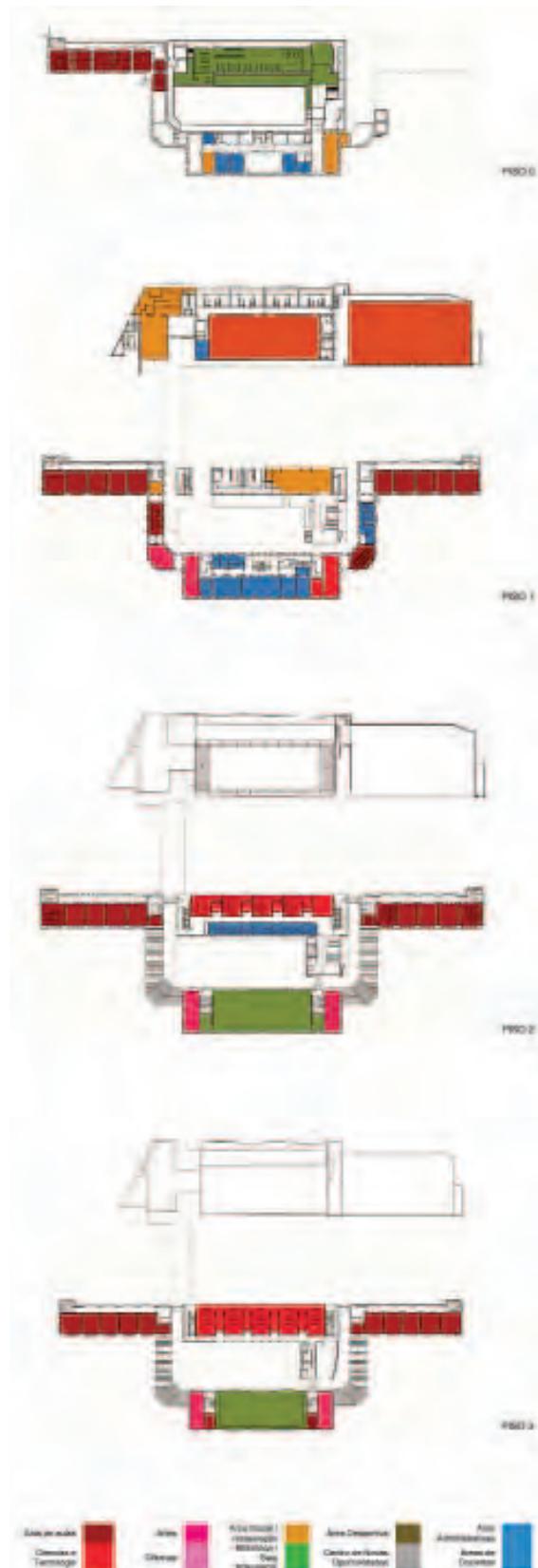
Quando em 2007 a Parque Escolar deu início ao Processo de Modernização da Escola verificámos também que a antiga entrada principal do Liceu já só servia professores e visitantes e que os alunos entravam e saíam pelo portão lateral, de serviço à cantina, na Rua de São Jorge, junto ao cemitério dos ingleses.

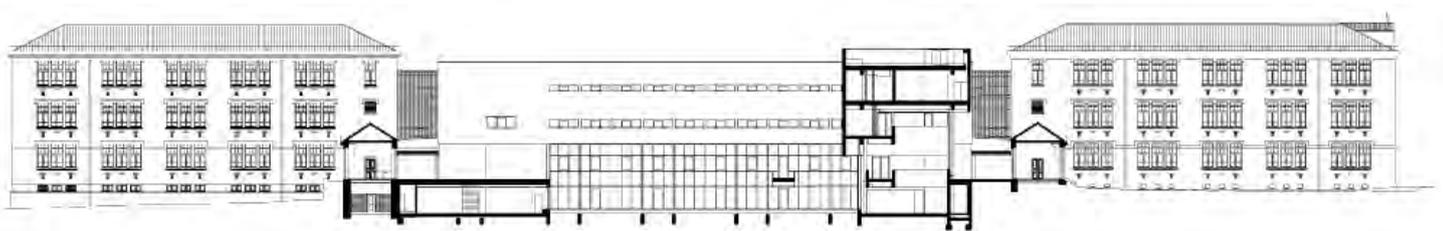
O desafio consistiu no reencontro da identidade do lugar, na sua estrutura interna e nas relações com a cidade e o espaço público. Neste sentido, podemos dizer que a intervenção se define em duas vertentes: a da cuidadosa recuperação dos edifícios de Ventura Terra, considerando a sua qualidade archi-





tectónica, espacial e construtiva, e a da requalificação e reestruturação geral do conjunto. O programa, definido pela Parque Escolar em diálogo com a Escola e os autores do projecto, pressupunha desde logo novas construções, de forma a albergar as funcionalidades requeridas de estudo, convívio e desporto. A intervenção define no essencial dois novos volumes: o do edifício central que, com os novos cobertos exteriores, introduz uma nova coerência nas ligações aos edifícios existentes e o volume do novo polidesportivo, que



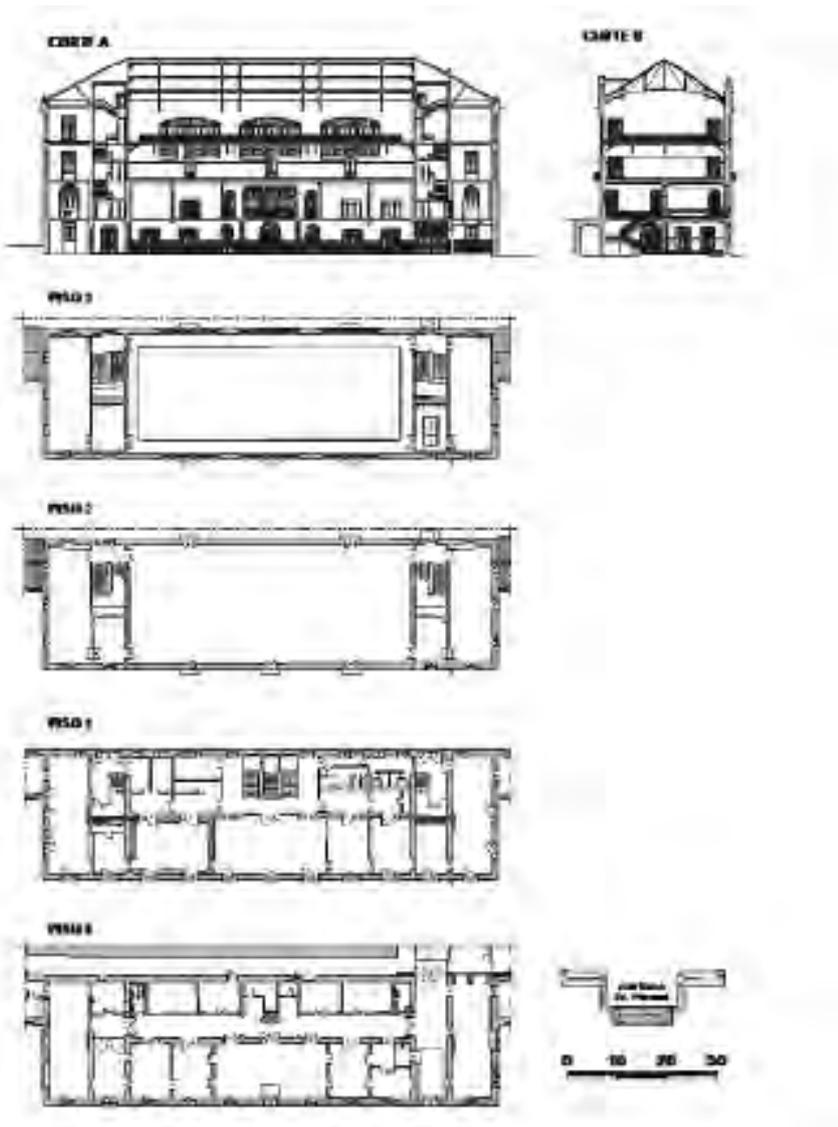
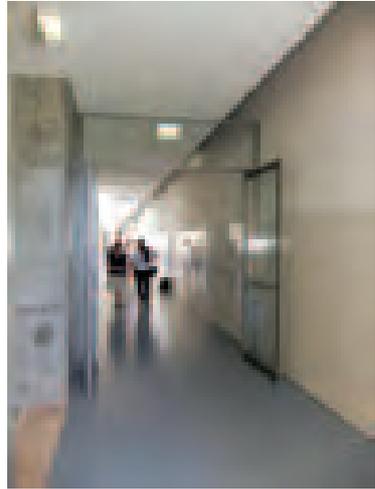
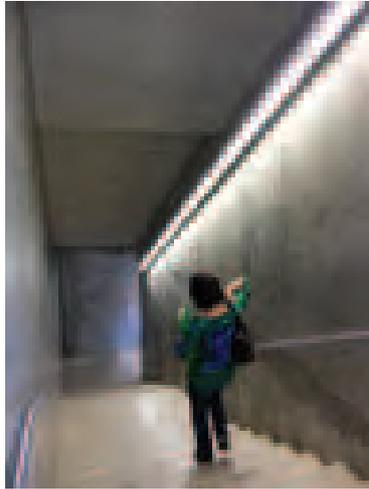


integra as construções dos anos 60 (ginásio e cantina), definindo uma nova e longa fachada que remata o conjunto a poente.

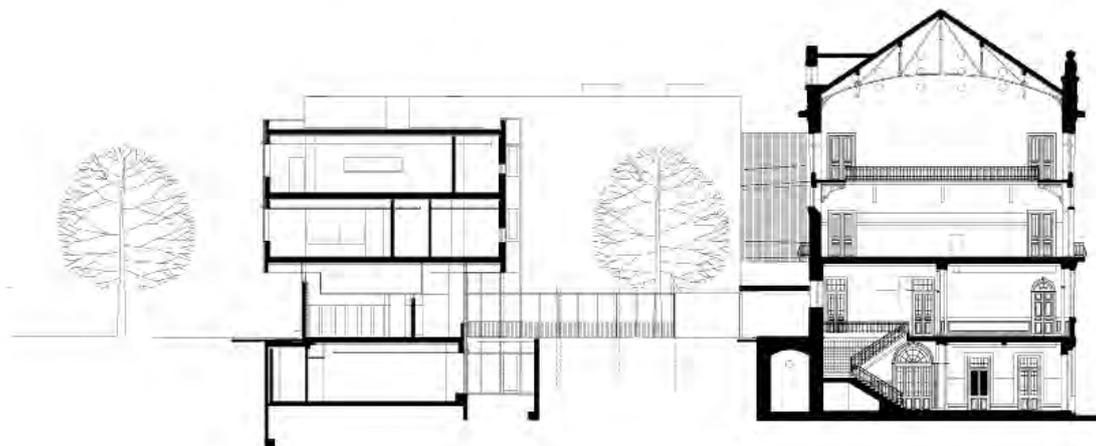
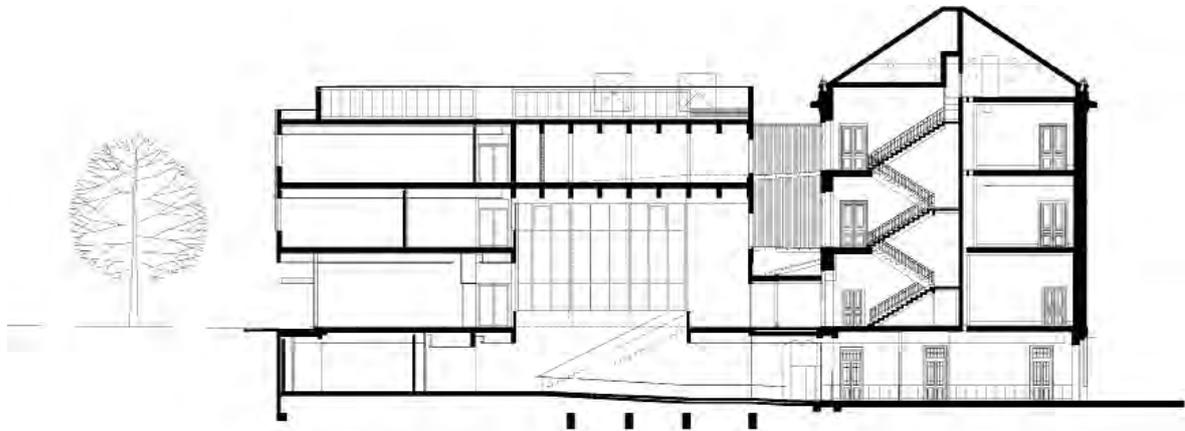
Pretendeu-se que estes novos volumes, pela sua forma e posicionamento, funcionassem como elementos reestruturantes das relações de continuidade entre as construções e os espaços exteriores, redefinindo estes últimos. Convocando a memória dos espaços exteriores iniciais, definiu-se um novo pátio central e, agora entre as duas frentes construídas, a alameda a poente, que se apresenta como um amplo canal arborizado que dá continuidade e enquadra as massas arbóreas existentes a norte e a sul.

A intervenção propõe o reencontro do edifício da Escola com a cidade a partir da nova entrada, que se faz agora pela porta norte do corpo principal, reconstituindo, numa sequência de espaços “públicos”, um novo percurso desde a Avenida Pedro Álvares Cabral até aos edifícios desportivos a poente.











Casas para Duas Irmãs

Rua Sá da Bandeira, n.ºs 220 e 222 - Porto

PROMOTORES Joana Carvalho dos Santos e Marta Joana Santos

CONSTRUTORES Empalme- Sociedade de Construções, Lda · Soemfis - Sociedade de Empreitadas e Fiscalização, S.A.

PROJECTISTAS COORDENADORES Arquitectos Nuno Valentim, Frederico Eça e Maria Milano



O edifício objecto de reabilitação, constituído por cave, rés-do-chão comercial e pelos dois andares, ocupa um lote estreito e profundo, com área de 215 m², 6 metros de frente e 26 metros de profundidade.

A abordagem projectual foi determinada, por um lado, pelo programa e pela necessidade de dar resposta às exigências das nossas clientes: duas irmãs que manifestaram o desejo de ter um espaço de proximidade e de relação entre as duas habitações.

Por outro lado, confrontados com as características do típico lote do Porto, partimos da necessidade de iluminar a sua zona central, de forma a torná-la elemento charneira na distribuição das funções e na separação das zonas comuns das zonas privadas dos quartos.

O espaço charneira contém a escada de acesso ao semi-piso, conseguido pelo aproveitamento do pé-direito disponível.

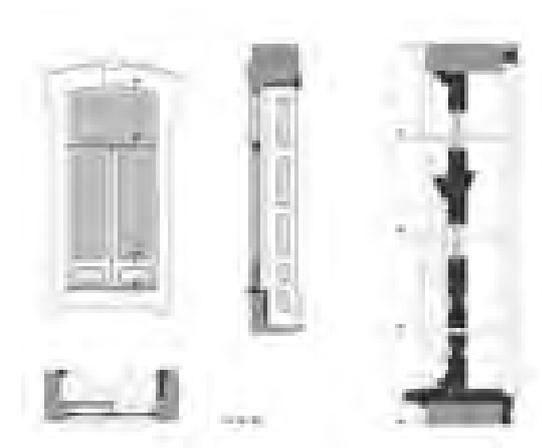
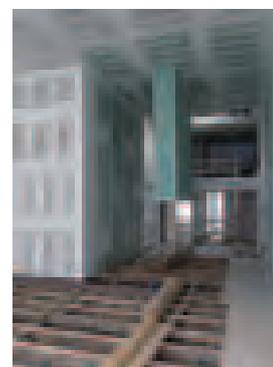
Directamente acessível pelo vestíbulo de entrada, esta área central, é delimitada por portas envidraçadas que permitem isolá-la completamente.

Foram estes dois elementos que permitiram desenvolver o *leit motif* do projecto.

Duas habitações interligadas pelos seus vestíbulos que criam um pátio vertical inundado pela luz da grande clarabóia central.

Um dos objectivos do projecto, desde a sua concepção, foi recuperar tanto quanto possível os valores patrimoniais diagnosticados no edifício pré-existente.

Assim (e apesar do incêndio que deflagrou no início da obra e que destruiu sobretudo o último piso e a cobertura), foi recuperada toda a estrutura em madeira e grande parte do soalho em “riga”. As boas condições estruturais das fachadas proporcionaram a sua recuperação integral, mantendo as relações de fachada existentes. As caixilharias da fachada principal foram ligeiramente adapta-



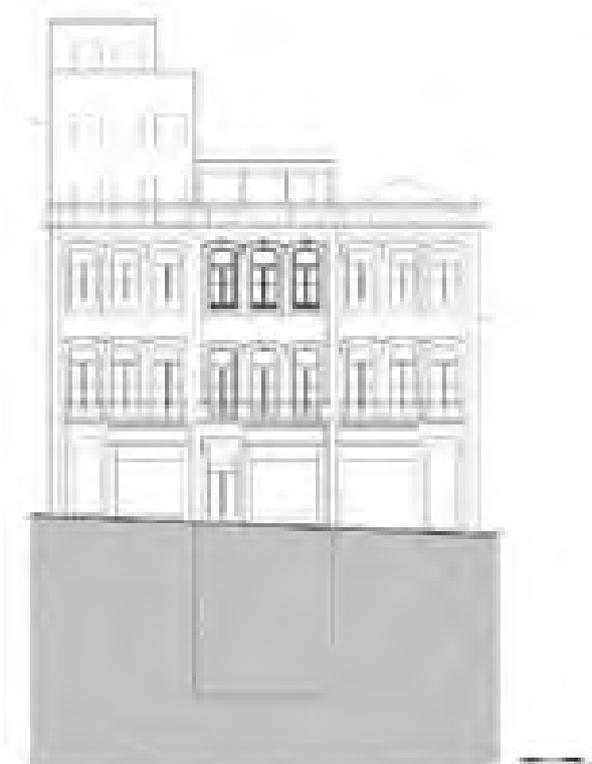
das para a introdução de vidro duplo conservando grande parte dos componentes e desenho originais e no tardo, foram concebidas com um desenho simplificado, mas coerente com a configuração pré-existente.

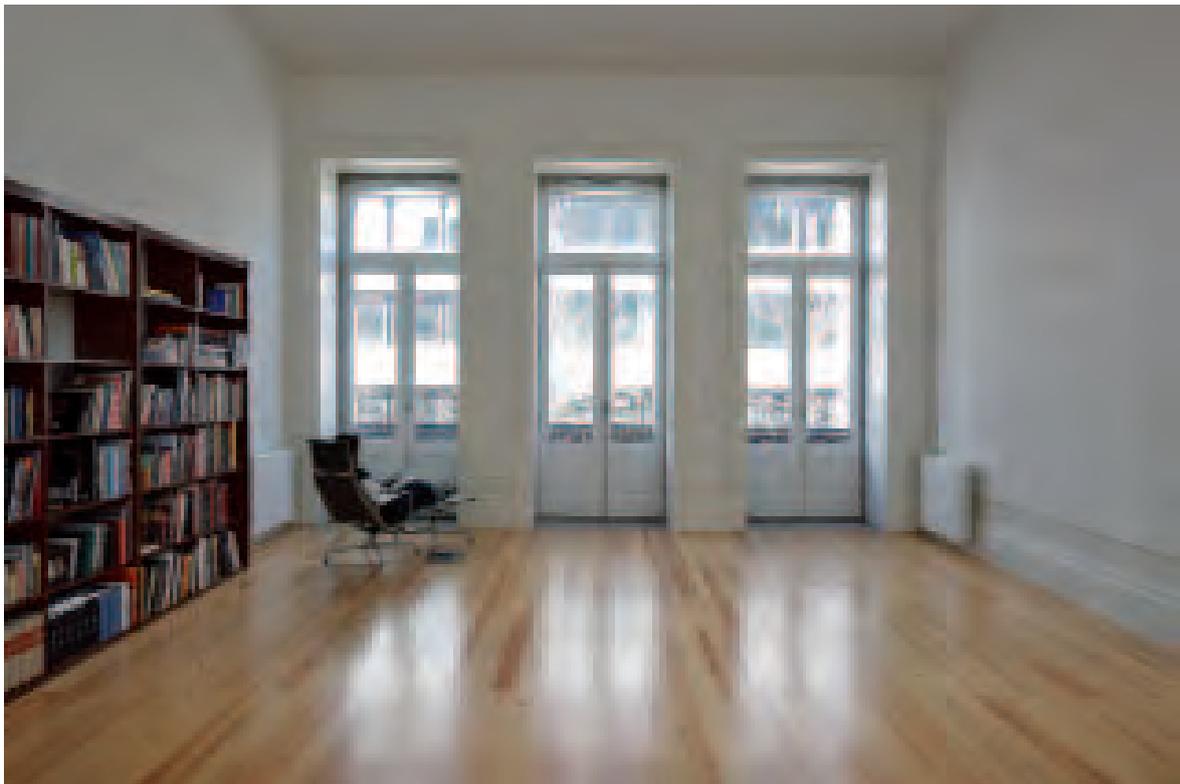
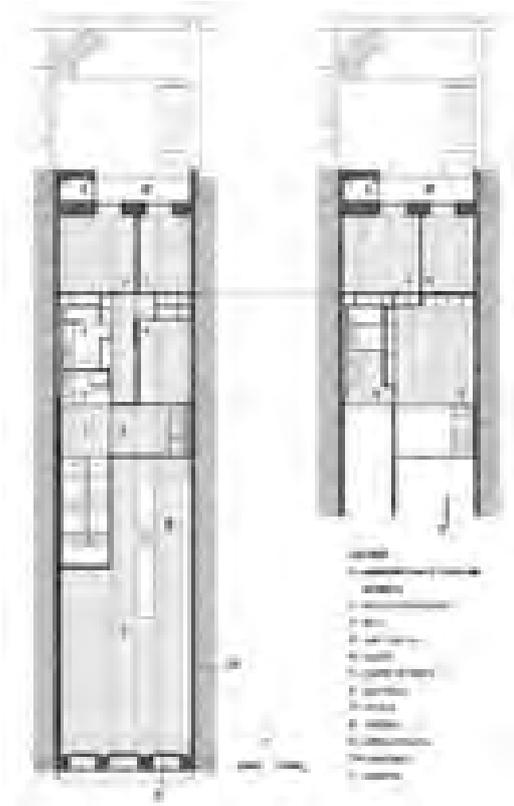
Tanto o vão de escada, como o acesso aos andares, mantiveram-se inalterados, recuperando-se a estrutura, revestimentos e corrimão e acrescentando-se apenas mais um tramo de acesso ao andar superior.

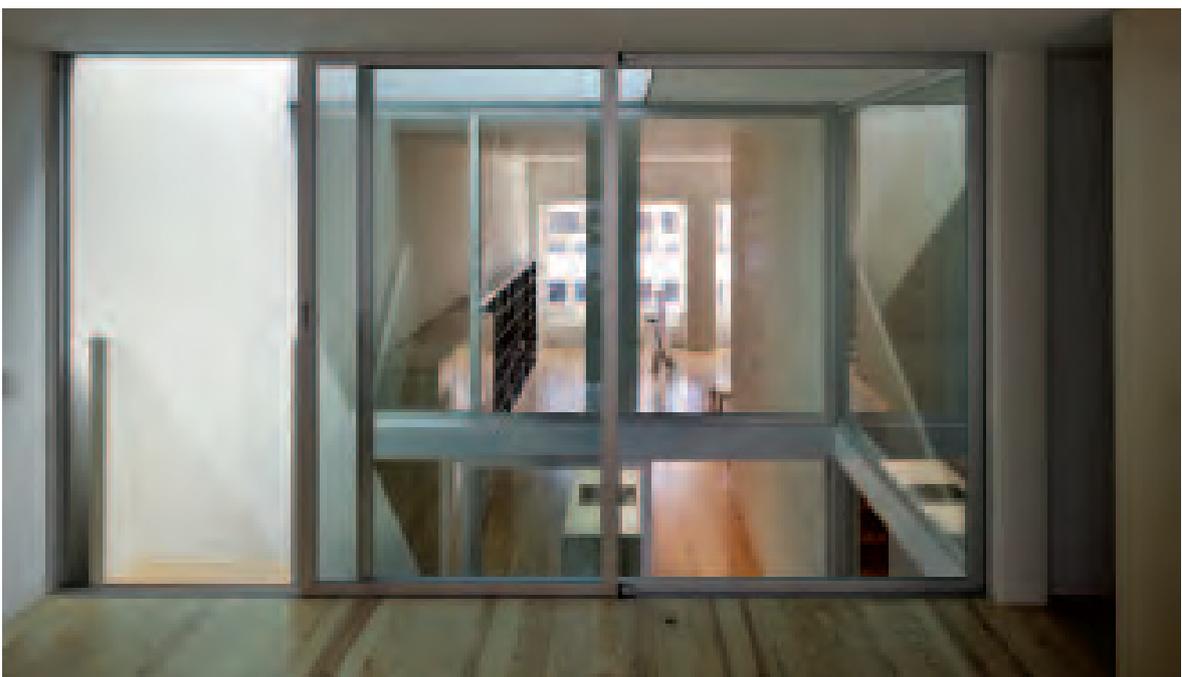
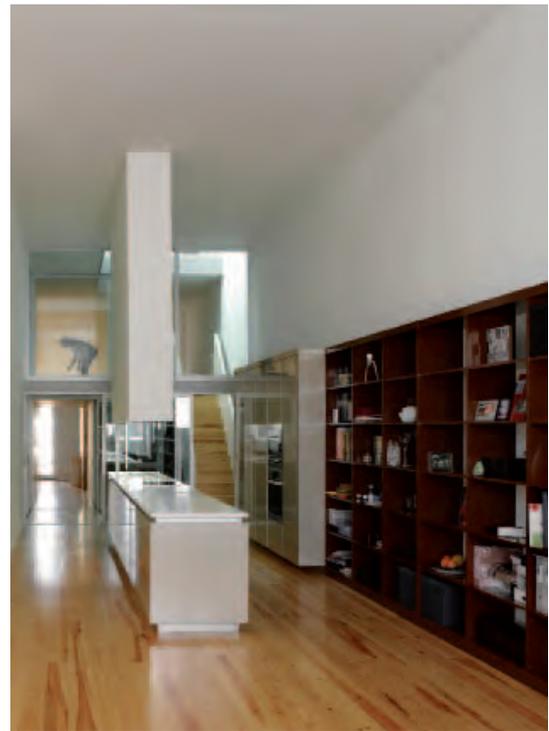


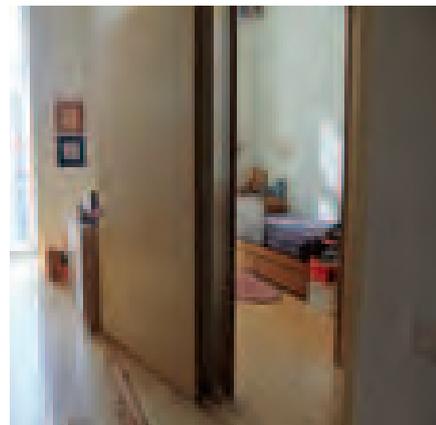
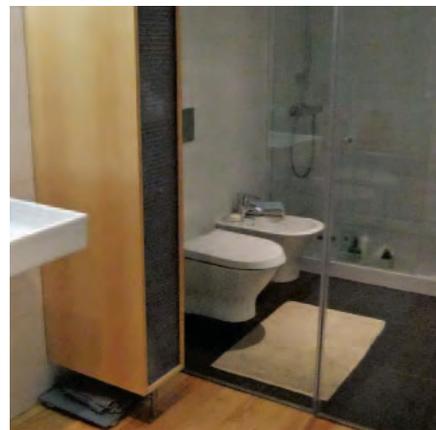
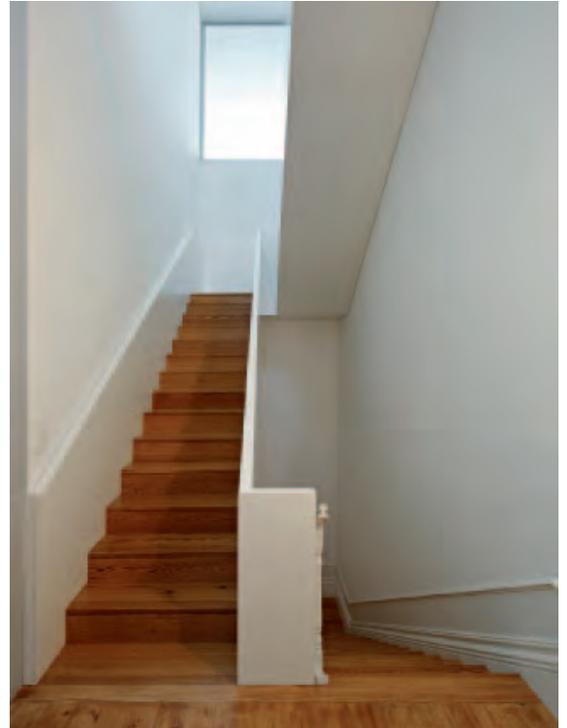
Recuperou-se igualmente a distribuição funcional primitiva que localizava a sala e zonas comuns no lado orientado para a Rua Sá da Bandeira, a poente e os quartos, a nascente, para a Rua do Ateneu Comercial do Porto. Aproveitando o vão do telhado foi proposta uma nova cobertura aligeirada, que contempla uma área de apoio no último piso de habitação.

Praticamente imperceptível desde a rua, este volume, recuado do plano de fachada, manteve-se abaixo da cota de cumeeira existente. O aproveitamento do vão do telhado é constituído por um escritório, uma área de lavandaria/tratamento de roupa, por um pequeno sanitário e por áreas exteriores complementares, como a varanda que delimita o corpo nos lados da Rua Sá da Bandeira e da Rua do Ateneu Comercial do Porto.









Edifício da Rua de Miragaia

Rua de Miragaia, n.ºs 13 e 14 – Porto

PROMOTOR Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A.

CONSTRUTOR Eri – Engenharia, S.A.

PROJECTO J. Bragança, M. Marques – Arquitectos, Lda.



Esta é uma obra de recuperação, remodelação e ampliação de um edifício antigo, situado entre as ruas de Miragaia e Arménia, executada segundo um programa de concepção-construção, promovido pela Porto Vivo, SRU. O edifício existente parece ter sido edificado numa espécie de interstício entre dois prédios, uma vez que a largura média disponível era de cerca de três metros, estando inclusive a parede de um deles aproveitada como meação.

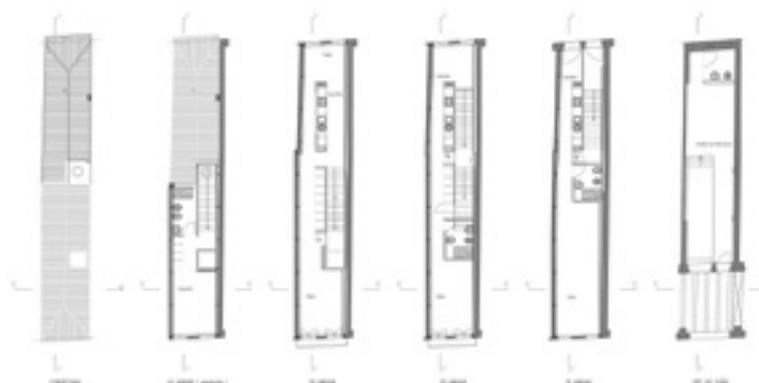
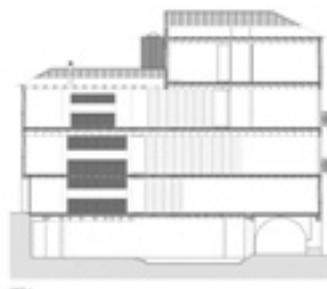
O seu estado de conservação era consideravelmente preocupante, tal o nível de degradação que apresentava, havendo mesmo o risco de ruína a curto prazo.

Houve, por isso, a necessidade de empregar técnicas construtivas expeditas, capazes de minimizar os riscos iminentes, para posteriormente o recuperar, sem desvirtuar, pois foi nossa intenção absoluta conseguir que a obra final revelasse uma leitura formal e concepcional muito clara e coerente, traduzida pela exponenciação do binómio recuperação/novo, pelo qual se identificam claramente os diferentes tempos de intervenção.

Quanto à ocupação do edifício, temos uma loja comercial voltada para a Rua de Miragaia, no rés-do-chão, enquanto que o acesso às habitações dos pisos superiores é feito pela Rua da Arménia, nas traseiras, aproveitando a diferença de cota de um piso entre elas.

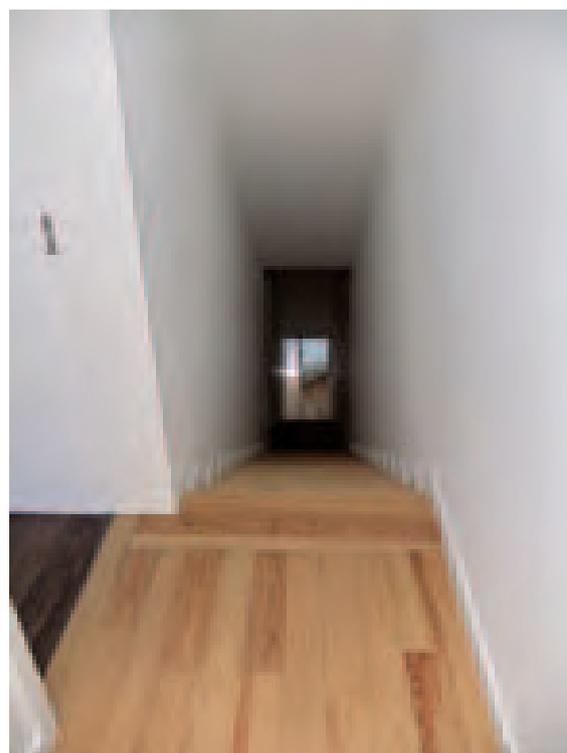
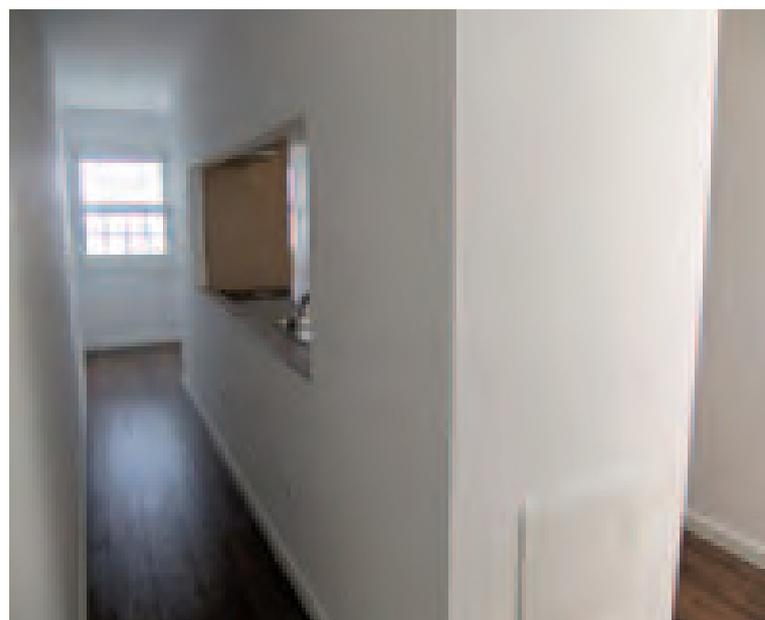
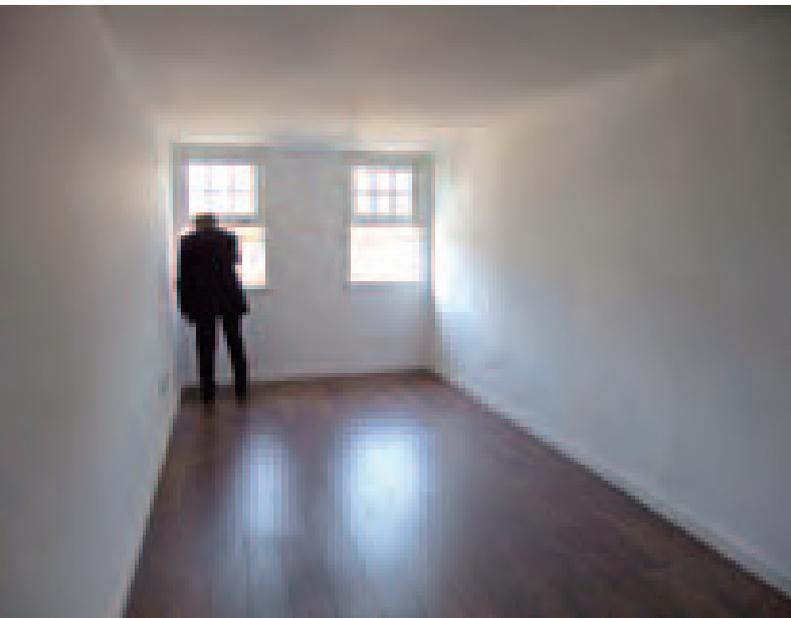
Nos 1.º e 2.º andares, temos um T0 em cada, enquanto que nos 3.º e 4.º andares se desenvolve uma habitação T1, em sistema duplex.

No que respeita aos materiais de construção, procurou-se manter a mesma relação do existente, obviamente com outros mais recentes e, por isso, mais eficazes tanto no comportamento como na vertente comercial.











Revitalização do Parque da Ponte

Braga

PROMOTOR Município de Braga

CONSTRUTORES Soares & Grego, Lda · Artur da Silva Ribeiro, Lda · Construtora da Loureira, Lda

PROJECTISTAS COORDENADORES Arquitectos Sérgio Borges e Miguel Castro ·
Arquitecto Paisagista Carlos Arantes



O Parque da Ponte, um espaço de lazer arborizado com cerca de 7,5 hectares insere-se no espaço urbano da cidade de Braga.

Este Jardim Romântico que se enquadra na imagem do movimento cultural Romântico do século XIX, encontrava-se bastante degradado e descaracterizado.

Consequentemente, a Câmara Municipal de Braga delibera a requalificação deste espaço sendo, para esse efeito, elaborado um projecto e respectivas obras que se dividem em três fases:

1. Jardim do Lago, obra concluída em Outubro de 2010;
2. Jardim de São João, obra em curso;
3. Parque Infantil, obra em curso.

Esta intervenção procurou clarificar e recharacterizar os espaços através do redesenho dos percursos e espaços verdes.

Foram executadas: a renovação das infraestruturas eléctricas, das drenagem de águas pluviais, do sistema de rega e do abastecimento de água, repavimentação e dotação do espaço para uma melhor fruição do parque e ainda a construção de um conjunto de edifícios destinado a equipamentos, como sejam a sede dos *Amigos do Parque* e a sede dos *Amigos da Ponte*, um restaurante e bar adossados ao lago e a conversão do edifício do horto em videoteca municipal.

Pretendeu-se alargar e melhorar o seu uso, tomando como referência os parques urbanos contemporâneos onde para além do espaço natural, os utentes encontram um conjunto de valências que melhoram a permanência e o uso do parque.

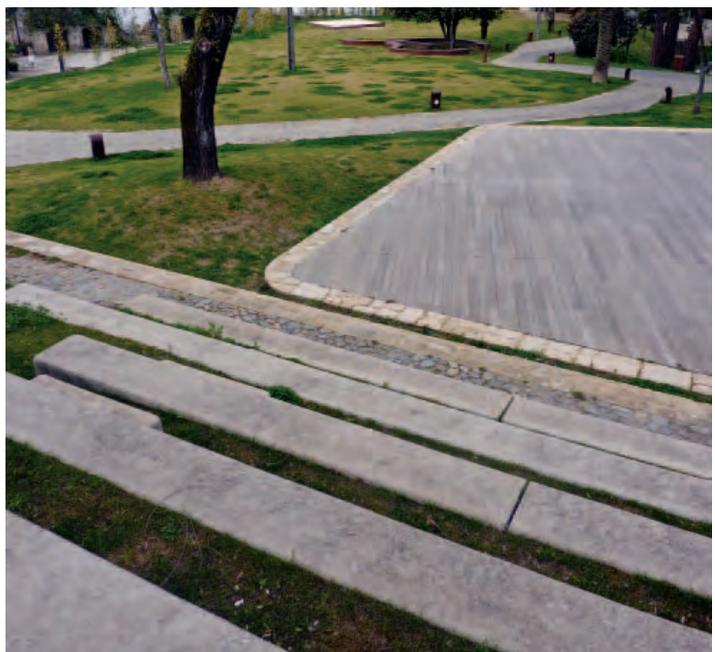
A demolição de alguns edifícios e a remoção de peças em granito, a remoção dos pavimentos, dos equipamentos e do mobiliário urbano obsoletos, foram o primeiro ponto da inter-



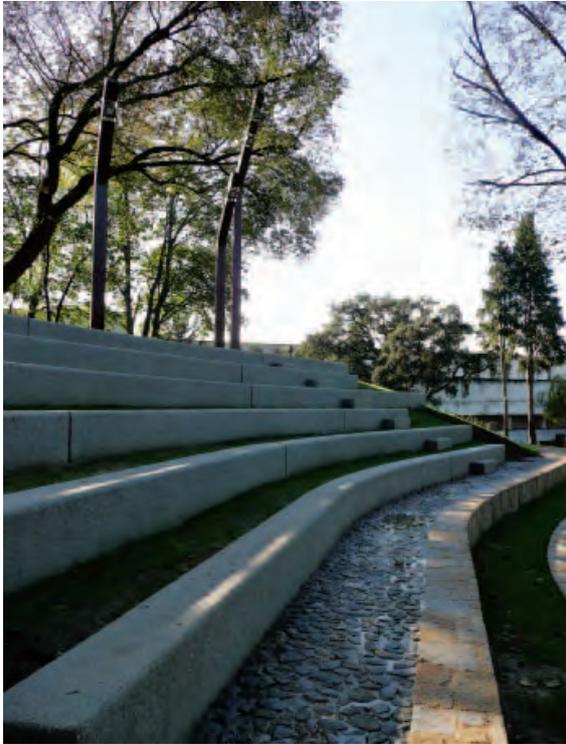
venção, seguindo-se tudo o que não possuía qualidade ou características compatíveis com o parque que se pretendia criar, estando incluídos neste conjunto elementos arbóreos e arbustivos.

Para a implementação do novo parque utilizou-se uma geometria base para o desenho de edifícios, pavimentos, equipamento e mobiliário urbano de modo a garantir unidade na intervenção, estabelecendo também uma relação temporal bem definida entre o que foi preservado e o que foi introduzido de novo.

Este princípio permitiu garantir a continuidade espacial aparecendo o renovado Parque da Ponte como uma entidade única para ser plenamente utilizada pelos seus utentes e visitantes.

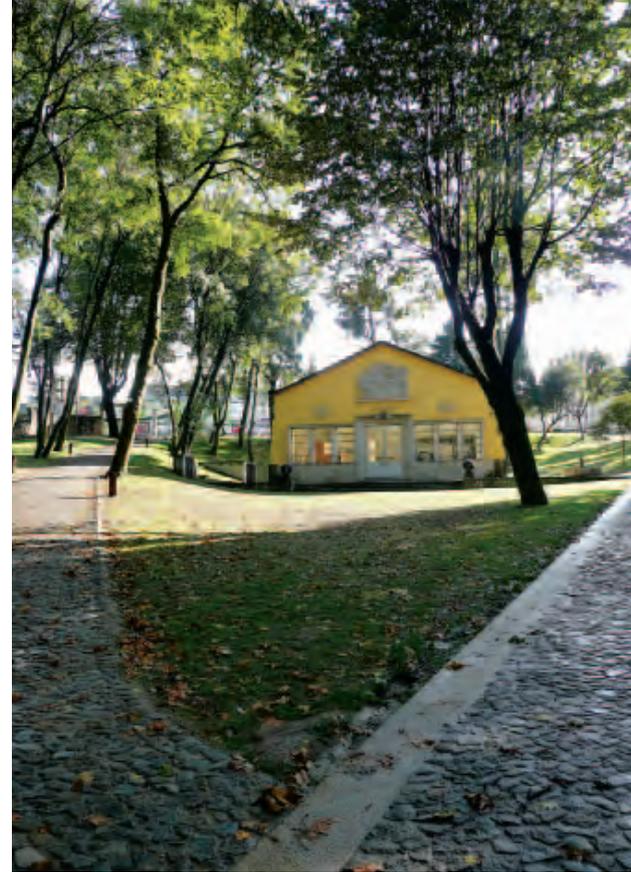












Bairro do Lordelo do Ouro

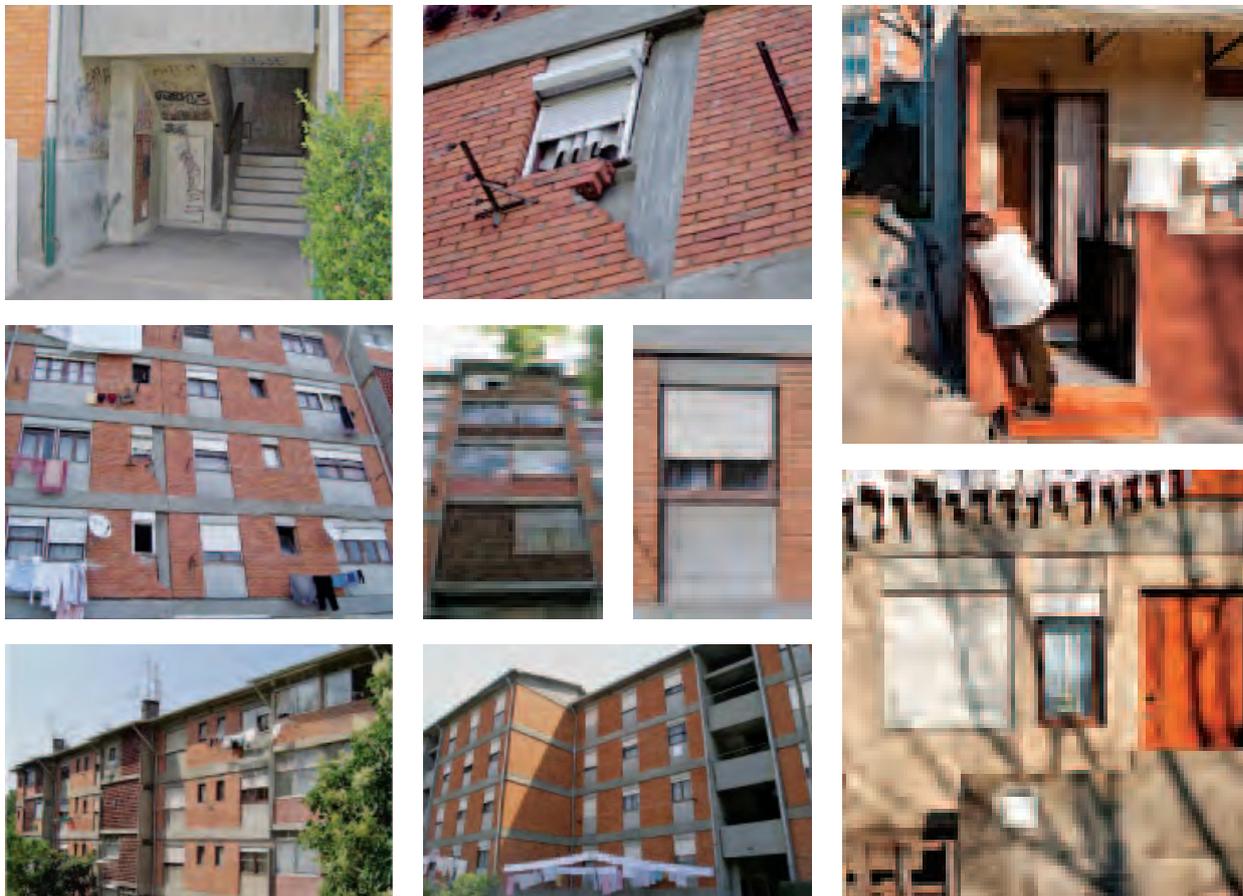
Porto

PROMOTOR DomusSocial - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.E.M.

CONSTRUTORES Lúcio da Silva Azevedo e Filhos, S.A · Alberto Martins de Mesquita e Filhos, S.A. ·
Ferreira Construções, S.A.

PROJECTISTA COORDENADOR Engenheiro Vasco Peixoto de Freitas



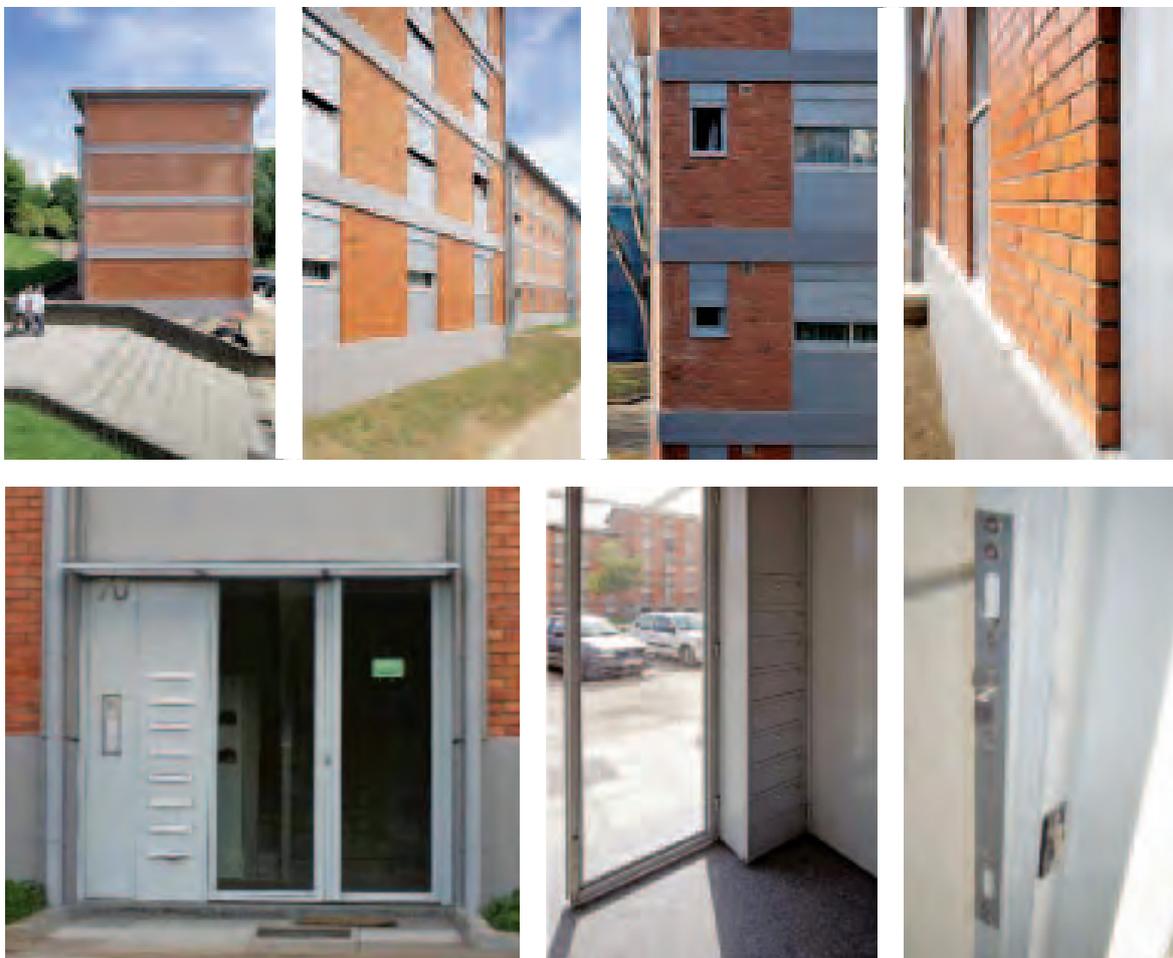


A primeira fase do Projecto de Reabilitação do Bairro de Lordelo consistiu na elaboração de um Estudo de Diagnóstico que tinha como principais objectivos analisar as patologias que afectavam as fachadas, coberturas e zonas interiores comuns dos edifícios e apresentar uma metodologia para os correspondentes trabalhos de reabilitação; avaliar as instalações eléctricas existentes nas caixas de escadas e ainda propor soluções para a reabilitação arquitectónica da envolvente exterior. Por opção do Dono de Obra, os arranjos exteriores foram desde logo excluídos, do âmbito do Projecto de Reabilitação.

O Estudo de Diagnóstico foi elaborado por uma equipa multidisciplinar de projectistas, composta por Engenheiros Civis, Arquitectos e Engenheiros Electrotécnicos.

Durante a elaboração do Projecto de Execução realizaram-se sucessivas iterações, que reflectem o contributo de diversos intervenientes: Dono de Obra (CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.E.M.), Gestor do Empreendimento (Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, E.E.M.), Revisor de Projecto e entidades licenciadoras. Para além disso, algumas das opções adoptadas destinavam-se a dar resposta a necessidades ou preocupações específicas dos moradores.

Os edifícios do Bairro de Lordelo, que terão sido construídos em 1978, apresentavam diversas patologias e a sua imagem encontrava-se profundamente descaracterizada pelas mais variadas alterações e intervenções parciais que, para além de criarem grande hete-



roogeneidade no aspecto da envolvente exterior dos edifícios, em algumas situações condicionavam o seu comportamento.

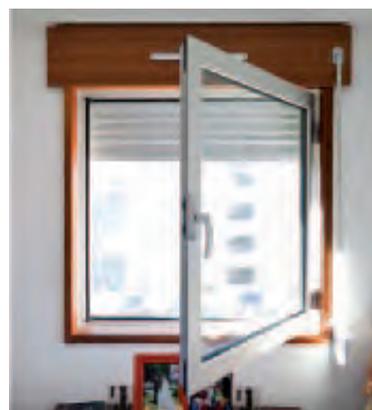
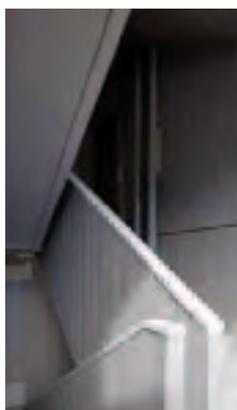
A reabilitação dos edifícios teve como principal objectivo a resolução dos problemas existentes, compatibilizando exigências por vezes antagónicas como o conforto higrotérmico, a conservação de energia, a durabilidade e a funcionalidade das soluções.

Dos trabalhos contemplados no Projecto de Execução, destacam-se os seguintes: substituição do revestimento das coberturas inclinadas e aplicação de isolamento térmico no desvão; limpeza e impermeabilização das superfícies em tijolo à vista; reparação e protecção das superfícies de betão aparente;

substituição das janelas, peitoris e estores das habitações; substituição da envolvente exterior das lavandarias e colocação de uma estrutura metálica exterior para ocultação e suporte dos estendais; reformulação das entradas colectivas; ordenamento dos espaços exteriores contíguos aos edifícios e instalação de novas infra-estruturas de energia eléctrica, de telefone e de televisão por cabo. A reabilitação do Bairro de Lordelo permitiu recuperar a coerência construtiva dos edifícios e adaptar a construção às exigências e padrões mais actuais, tendo-se optado, sempre que possível, pela utilização de materiais construtivos na sua expressão natural, tal como acontecia com as soluções originais.

Do ponto de vista do conforto higrotérmico, os edifícios apresentam agora coberturas fortemente isoladas, um reforço da resistência térmica das zonas de fachada com pano simples (sob os vãos envidraçados exteriores) e das caixas-de-estores e nas habitações foram aplicadas caixilharias e estores exteriores de boa qualidade, para além de, simultaneamente, se ter melhorado a ventilação dos fogos. As caixas de escadas colectivas foram

convertidas em espaços de acesso restrito aos moradores, com iluminação comum e estão dotadas de novas infraestruturas que satisfaçam as exigências regulamentares. A solução adoptada para a envolvente das lavandarias satisfaz os objectivos funcionais que haviam sido previamente estabelecidos, permitindo uma adequada integração dos estendais individuais na envolvente dos edifícios. Os moradores ganharam conforto e segurança.







OUTRAS CANDIDATURAS

Edifício na Rua Manuel do Olival, n.º 37

Évora

PROMOTOR

Catarina Gertrudes Murteira Nabo Rebelo
Arnaut

CONSTRUTOR

José Coelho

PROJECTISTA COORDENADORA

Arquitecta Dulcineia Nogueira Arcanjo

Edifício na Rua Cândido dos Reis, n.º 51

Oeiras

PROMOTOR

Município de Oeiras

CONSTRUTOR

Tovec - Sociedade de Empreitadas
e Construções, Lda

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto António Abreu

Mimo - Museu da Imagem em Movimento

Leiria

PROMOTOR

Município de Leiria

CONSTRUTOR

Construtora San José, S.A.

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto José Charters Monteiro

Edifício na Rua do Escudeiro da Roda, n.º 12

Évora

PROMOTOR

Município de Évora / SRU

CONSTRUTOR

Recuperévora - Sociedade Construtora

PROJECTISTA COORDENADORA

Arquitecta Ivone Furtado Shore

Edifício dos Paços do Concelho

Leiria

PROMOTOR

Município de Leiria

CONSTRUTOR

Construtora San José, S.A.

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto José Charters Monteiro

Edifício na Rua da Prebenda

Viseu

PROMOTOR

Viseu Novo - SRU - Sociedade de
Reabilitação Urbana de Viseu

CONSTRUTOR

Consipel - Construções Simões Pereira, Lda

PROJECTISTA COORDENADORA

Arquitecta Natália Susana Mendes
Figueiredo

Edifício Adões Bermudes

Rua Conselheiro Furtado Santos,
Alvaiázere

PROMOTOR

Município de Alvaiázere

CONSTRUTOR

Odraude - Construção Civil e Obras Públicas,
Lda

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto Artur Manuel Freire Caetano Silva

Atelier de Createurs

Rua José Falcão, Porto

PROMOTOR

Luísa Ribeiro Santos Couto

CONSTRUTOR

Adolfo & Filhos, Lda

PROJECTISTAS COORDENADORES

Arquitectos Nuno Valentim, Frederico Eça,
Paula Monzio e Maria Ana Coutinho

Edifício na Rua do Tourinho, n.ºs 40 e 42

Viana do Castelo

PROMOTOR

Maria do Nascimento Dantas Gomes
Pais Lopes

CONSTRUTOR

Vodul - Sociedade de Construção Civil, Lda

PROJECTISTAS COORDENADORES

Arquitectos José Loureiro e Eugénio Rocha

Edifício na Rua da Vedoria, n.ºs 64 e 66

Viana do Castelo

PROMOTOR

Margarida Esmeralda Soares Xavier
Carvalho

CONSTRUTOR

Vodul - Sociedade de Construção Civil, Lda

PROJECTISTAS COORDENADORES

Arquitecto José Loureiro e César Carvalho

Casa Museu Antero de Quental

Vila do Conde

PROMOTOR

Município de Vila do Conde

CONSTRUTOR

ASC, Construção e Engenharia, S.A.

PROJECTISTAS COORDENADORES

Arquitecto Manuel Maia Gomes
e Arquitecta Paisagista Fernanda Orfão

Edifício na Rua Comércio do Porto, n.ºs 93 e 97

Porto

PROMOTOR

Porto Vivo - Sociedade de Reabilitação
Urbana da Baixa Portuense, S.A.

CONSTRUTOR

ERI - Engenharia, S.A.

PROJECTO

J. Bragança, M. Marques -Arquitectos, Lda

Edifício na Rua das Praças, n.º 47 e na Rua dos Remédios, n.º 19

Lisboa

PROMOTOR

ESAF - Espírito Santo Activos Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.

CONSTRUTOR

Compasso e Escala, Sociedade de Construções Engenharia, Lda

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto Miguel Correia

Casa Museu Alberto Gordillo

Moura

PROMOTOR

Município de Moura

CONSTRUTOR

Construção - Monumenta, Conservação e Restauro de Património, Lda

PROJECTISTA COORDENADORA

Arquitecta Patrícia Novo

Escola Básica e Secundária D. Filipa de Lencastre

Lisboa

PROMOTOR

Parque Escolar, E.P.E.

CONSTRUTOR

Consórcio Mett Escolar

PROJECTISTAS COORDENADORES

Arquitecto João Paulo Conceição e Arquitecto Paisagista Luís Cabral

Edifício na Rua Santa Maria, n.º 12

Castelo Branco

PROMOTOR

Município de Castelo Branco

CONSTRUTOR

Oliveira & Pio, Lda

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto João José Teixeira Pires

Musibéria - Escola de Musica Ibérica

Serpa

PROMOTOR

Município de Serpa

CONSTRUTORES

Teixeira Duarte, S.A.; Bel - Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A.

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto Fernando Rigueiro

Edifício da Quinta do Pátio d'Água

Montijo

PROMOTOR

Município do Montijo

CONSTRUTOR

CT - Construções Torrão

PROJECTISTAS COORDENADORES

Arquitectos Bruno Garcia Fernandes Domingos Tinoco e Ricardo Dias

Praça de São Bartolomeu

Odivelas

PROMOTOR

Município de Odivelas

CONSTRUTORES

SPOC; TECNISAN

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto Paisagista Carlos Silva

Requalificação da Praceta Fernão Magalhães

Ponte de Lima

PROMOTOR

Município de Ponte de Lima

CONSTRUTOR

Agostinho Malheiro Coelho Construções, Lda

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto José Manuel Carvalho Araújo

Rua do Colégio Vera Cruz

Alvaiázere

PROMOTOR

Município de Alvaiázere

CONSTRUTOR

Odraude - Construção Civil de Obras Públicas, Lda

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto José Manuel Carvalho Araújo

Úniko do Infante - Edifícios da Rua das Fontainhas, n.ºs 135 e 143

Porto

PROMOTOR

FZIS - Consultadoria e Gestão de Projectos Imobiliários, Lda

CONSTRUTOR

Edimarante - Sociedade de Construções, S.A.

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto Nuno Pinto Cardoso

Requalificação Urbana da Avenida Miguel Bombarda

Queluz

PROMOTOR

Município de Sintra

CONSTRUTOR

Armando Cunha, S.A.

PROJECTO

Viaprojectos, Lda

Conjunto Edificado na Rua 6 de Setembro

Covilhã

PROMOTOR

Nova Covilhã / SRU - Município da Covilhã

CONSTRUTOR

Virgílio Roque, Sociedade de Construção Civil, Lda

PROJECTISTA COORDENADORA

Arquitecta Vera Lúcia Duarte Pessoa

Bairro da Giesta

Gondomar

PROMOTOR

Município de Gondomar

CONSTRUTOR

Soares Magalhães & Delgado, Lda

PROJECTISTA COORDENADOR

Engenheiro Pedro Alexandre Guedes
Barbosa

Conjunto Corpo da Guarda

Porto

PROMOTOR

Porto Vivo - Sociedade de Reabilitação
Urbana da Baixa Portuense, S.A.

CONSTRUTOR

Lúcios - Engenharia e Construção

PROJECTO

AC - Arquitectura e Construções, Lda

Polis XXI

Fundão

PROMOTOR

Município do Fundão

CONSTRUTORES

Duafar - Construção Civil e Obras
Públicas, Lda; Consequi - Construções, S.A.;
Stap - Reparação, Consolidação e Modificação
de Estruturas, S.A.; Constrobi - Empresa
de Construção da Beira Interior, Lda

PROJECTISTA COORDENADORA

Arquitecta Ana Isabel Aranda e Cunha

Conjunto de Habitação Municipal Rainha D. Leonor

Porto

PROMOTOR

DomusSocial - Empresa de Habitação
e Manutenção do Município do Porto, E.E.M.

CONSTRUTORES

Elísio & Azevedo, Lda; Nuvés - Sociedade
de Construções, Lda; Jofilhos - Sociedade
de Construções, Lda; Sociedade de
Construções F. Santos, Lda; Sociedade
de Construções Teodoro Valente, Lda;
Construções Alvarez, Lda; Construções
Ezequiel Pinho Moreira, Lda; Lúcio da Silva
Azevedo & Filhos, S.A.; Crec - Engenharia
e Construções, Lda; Batimai - Construções,
Lda; Construções R. & F. Oliveira, Lda;
Habiobim - Construções, Lda.

PROJECTISTA COORDENADORA

Arquitecta Inês Lobo

Urbanização de Santa Luzia

Porto

PROMOTOR

DomusSocial - Empresa de Habitação
e Manutenção do Município do Porto, E.E.M.

CONSTRUTOR

Lúcio da Silva Azevedo & Filhos, S.A.

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto Nuno Abrantes

Edifícios no Largo Toural, n.º 91 e Rua Camões, n.ºs 20 e 22

Guimarães

PROMOTOR

João Gaspar de Sousa Gomes Alves

CONSTRUTOR

Combitur - Construções Imobiliárias e Turísticas, S.A.

PROJECTISTA COORDENADORA

Arquitecta Maria Isabel Saavedra Teixeira

Conjunto Habitacional da Lavra

Matosinhos

PROMOTOR

Matosinhos Habitação - Entidade Empresarial Municipal, E.E.M.

CONSTRUTOR

Margasil- Sociedade de Construções, Lda

PROJECTO

Hidrofunção - Construtores de Engenharia, Lda

Bairro da Caixa Têxtil

Matosinhos

PROMOTOR

Matosinhos E.E.M. - Município de Matosinhos

CONSTRUTOR

ERI - Energia, S.A.

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto João Ascensão

Conjunto Habitacional da Guarda

Matosinhos

PROMOTOR

Matosinhos Habitação - Entidade Empresarial Municipal, E.E.M.

CONSTRUTORES

António da Silva Campor, S.A.; QConstroi - Construção Civil, Lda; Norasil - Sociedade de Construção Civil, Lda

PROJECTO

Hidrofunção - Construtores de Engenharia, Lda



PRÉMIO IHRU 2011

CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO

REGULAMENTO

CAPÍTULO I

OBJECTO, OBJECTIVOS E ORGANIZAÇÃO

ARTIGO 1.º > OBJECTO

1. O prémio IHRU de Construção e Reabilitação, abaixo também denominado por Prémio IHRU, consiste na atribuição de distinções de prestígio a empreendimentos de habitação de interesse social e a obras de reabilitação no meio urbano.
2. O Prémio IHRU encontra-se estruturado em duas variantes, a de Construção e a de Reabilitação, cada uma com linhas específicas.

ARTIGO 2.º > OBJECTIVOS

Constituem objectivos do Prémio IHRU:

- a) Valorizar e promover a divulgação do trabalho desenvolvido pelos promotores de habitação de interesse social, bem como o das entidades públicas e privadas ao nível da reabilitação do património habitacional, do espaço público e na implementação de operações integradas de reabilitação;
- b) Promover a disseminação de boas práticas;
- c) Contribuir, através do conhecimento de experiências inovadoras, para a contínua adaptação a novas situações;
- d) Contribuir para que a imagem dinâmica destes processos façam interessar cada vez mais os promotores públicos e privados bem como a sociedade civil em geral, na prossecução de intervenções de qualidade ao nível da habitação de interesse social bem como na protecção, recuperação e revitalização do património edificado e sua envolvente, com especial realce para a qualidade ambiental;
- e) Promover o interesse de todos os intervenientes nestes sectores especializados da construção civil e incentivar a sua apetência e preparação técnica para este tipo de trabalhos;
- f) Assegurar, através da divulgação das melhores intervenções, também na perspectiva técnico-económica, o interesse do cidadão em geral pela preservação e revitalização do património habitacional e dos centros urbanos históricos;
- g) Apoiar o estudo e a investigação aplicada de novas tecnologias, promovendo a sua utilização na habitação de interesse social, bem como a investigação das tecnologias específicas de cada época de construção dos edifícios e sua divulgação como memória da comunidade;
- h) Contribuir para a divulgação de melhorias sociais obtidas quer através de acesso a habitação com padrões de qualidade garantidos quer pelo aumento do valor de vizinhança que a revitalização do parque edificado e a reabilitação do espaço público permite.

ARTIGO 3.º > NATUREZA DO PRÉMIO

1. O Prémio IHRU, de natureza não pecuniária, consiste na atribuição de menções de prestígio assinaladas através de troféus, diplomas e placas distintivas para afixação nos locais, por cada uma das suas variantes e linhas.
2. Podem ser atribuídas menções honrosas, em cada uma das linhas das duas variantes do Prémio IHRU, destacadas mediante a entrega de diplomas.

3. As candidaturas distinguidas são apresentadas publicamente através de uma exposição e inseridas em catálogo.

ARTIGO 4.º > PROJECTOS DE REFERÊNCIA

1. Acessibilidade e Mobilidade:
 - a) De entre todas as intervenções distinguidas pode ser destacada aquela que concretize soluções inovadoras e eficientes direccionadas à efectiva eliminação de barreiras arquitectónicas, a quem é atribuída a designação de “Projecto de Referência”.
2. Ambiental e Sustentabilidade:
 - a) De entre todas as intervenções distinguidas pode ser destacada aquela que concretize boas práticas ambientais e de sustentabilidade, a quem é atribuída a designação de “Projecto de Referência”.
3. À intervenção que for considerada como susceptível de consistir “Projecto de Referência” é assegurado um destaque na edição do catálogo.

ARTIGO 5.º > PERIODICIDADE

1. O Prémio IHRU tem periodicidade anual, sendo a selecção das intervenções efectuada de entre as apresentadas a concurso.
2. A atribuição do Prémio IHRU, nas suas variantes e linhas, é realizada numa única cerimónia pública.

ARTIGO 6.º > JÚRI

1. A selecção das intervenções é efectuada por um Júri constituído para o efeito.
2. O Júri é composto pelo Presidente do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), que preside, pelo Coordenador do Prémio e ainda por um representante designado por cada uma das seguintes entidades: Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas (APAP), Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), Ordem dos Arquitectos (OA) e Ordem dos Engenheiros (OE).
3. Cada entidade indica um representante suplente, que assegura a continuidade dos trabalhos em caso de falta ou impedimento do membro do Júri.
4. O Coordenador do Prémio e mais dois técnicos, nomeados pelo IHRU, constituem uma Comissão Técnica que identifica, mediante análise da documentação remetida nas candidaturas, ou visitas aos empreendimentos concorrentes, as intervenções com qualidade suficiente para serem propostas ao Júri.
5. O Júri delibera em reunião privada, com a presença de dois terços dos seus membros, por maioria simples de votos dos membros presentes, possuindo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.
6. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Júri só pode deliberar a vacatura do Prémio IHRU para as menções de prestígio, por maioria de dois terços dos membros presentes à reunião.
7. De cada reunião é lavrada acta, que contém um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando designadamente a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e resultado das votações.

ARTIGO 7.º > ORGANIZAÇÃO

1. Incumbe ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana a organização do Prémio IHRU, sendo da sua responsabilidade a eleição dos critérios de divulgação do Prémio e de divulgação da sua atribuição, designadamente no que concerne à organização da sessão pública, exposição e publicações, podendo contudo solicitar a colaboração de outras entidades públicas ou privadas para o cabal desempenho de todas tarefas que se revelem necessárias à promoção do procedimento.
2. O IHRU fixa anualmente os períodos de candidatura e os prazos para a prática dos actos procedimentais necessários, os quais são divulgados no Portal da Habitação, conjuntamente com a demais informação relevante.

ARTIGO 8.º > ENCARGOS

1. Constitui encargo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana as despesas com a organização geral do evento, designadamente com a participação nos trabalhos do Júri, dos representantes das várias entidades e convidados e com as demais actividades que lhe sejam adstritas.
2. Não constituem encargos do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana quaisquer despesas que não decorram directamente das actividades previstas no presente regulamento, ainda que sejam decorrentes do Prémio IHRU.
3. É da exclusiva responsabilidade dos promotores a organização da sua candidatura ao Prémio IHRU, designadamente no que concerne aos encargos inerentes à apresentação do material de suporte de análise.
4. É ainda da responsabilidade dos promotores o levantamento do material apresentado a concurso, no prazo de 30 dias úteis após a realização da exposição ou após a notificação que para o efeito lhes for endereçada.

CAPÍTULO II

PRÉMIO IHRU - VARIANTE CONSTRUÇÃO

ARTIGO 9.º > ÂMBITO

1. O Prémio IHRU - Construção, visa distinguir os empreendimentos de Habitação de Interesse Social certificados pelo IHRU, nas diferentes promoções de financiamento.
2. O Prémio IHRU possui quatro linhas na vertente Construção, correspondentes à promoção privada, à promoção municipal e regional, à promoção cooperativa de habitação a custos controlados e promoção cooperativa no âmbito do Estatuto Fiscal Cooperativo.
3. A linha de promoção privada inclui os empreendimentos promovidos pelas empresas, por instituições privadas de segurança social (IPSS), instituições privadas sem fins lucrativos, bem como todas as demais entidades de natureza privada.

ARTIGO 10.º > PRÉMIO

1. Ao promotor, aos projectistas - autores, quer dos edifícios, quer dos espaços exteriores e ainda aos construtores do empreendi-

mento distinguido com a menção de prestígio, são atribuídos troféus e diplomas.

2. No empreendimento referido no número anterior é colocada uma placa de material imperecível.
3. Ao promotor, aos projectistas - autores, quer dos edifícios quer dos espaços exteriores e ainda aos construtores do empreendimento distinguidos com menções honrosas, são entregues diplomas.

ARTIGO 11.º > ELEGIBILIDADE

1. Podem concorrer ao Prémio IHRU todos os promotores de Habitação de Interesse Social.
2. Só são admitidos a concurso os empreendimentos fisicamente concluídos no ano anterior à edição em causa, cujos projectos tenham sido certificados pelo IHRU.
3. A admissibilidade dos concorrentes fica dependente da inexistência de quaisquer dívidas ou outro tipo de incumprimento de obrigações assumidas no desenvolvimento da sua actividade, podendo o Júri a qualquer momento, solicitar a apresentação de adequada prova documental.

ARTIGO 12.º > FUNCIONAMENTO E CANDIDATURAS

1. Os promotores dos empreendimentos fisicamente concluídos no ano anterior ao da edição do Prémio IHRU, os quais são objecto de inscrição no Secretariado do Prémio, pela Direcção de Habitação e Reabilitação Urbana e pela Delegação do Porto do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, recebem um convite deste organismo para formalizarem candidatura, nos termos do presente regulamento.
2. A candidatura inclui:
 - a) documentação escrita, gráfica e fotográfica, montada em painéis rígidos de material leve, de 700 x 1000 mm, ao alto, e espessura não superior a 5 mm, sendo o número de painéis limitado a um máximo de dois;
 - b) cópia da documentação escrita, gráfica e fotográfica, apresentada em papel em formato A4 e em suporte digital, com a planta do loteamento, plantas dos fogos, corte significativo e memória descritiva, com uma sumária descrição construtiva;
 - c) declaração dos promotores, proferida sob compromisso de honra de:
 - i) inexistência de dívidas à Fazenda Pública e à Segurança Social;
 - ii) conhecimento e aceitação integral do conteúdo do presente regulamento.
3. Todo o material será entregue, devidamente embalado e identificado, em local e prazos a publicar nos termos do disposto no art. 7.º.

ARTIGO 13.º > CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Na apreciação dos empreendimentos postos a concurso é ponderado pelo Júri:

- a) a salvaguarda e valorização da qualidade da paisagem global;
- b) o modelo e a integração urbanística com a compreensão da aptidão dos espaços e valores naturais e culturais existentes;
- c) a imagem e a organização arquitectónica;

- d) a compatibilização das instalações e equipamentos, interiores e exteriores;
- e) as técnicas e a racionalidade construtiva, integrando valores de caracterização local e aplicando soluções, tecnologias e materiais amigos do ambiente que reduzam o consumo de energia;
- f) o garante na acessibilidade e mobilidade na utilização do espaço público e do espaço edificado;
- g) a apropriação pelos utilizadores.

CAPÍTULO III

PRÉMIO IHRU - VARIANTE REABILITAÇÃO

ARTIGO 14.º > ÂMBITO

1. O Prémio IHRU – Reabilitação, destina-se a distinguir as acções de reabilitação com carácter de excelência, que consistam em:
 - a) Reabilitação isolada de imóveis;
 - b) Reabilitação ou qualificação de espaço público;
 - c) Reabilitação integrada de conjuntos urbanos.
2. É atribuído um prémio por cada uma das linhas descritas no número anterior.

ARTIGO 15.º > PRÉMIO

1. Aos responsáveis pela intervenção distinguida com a menção de prestígio, designadamente promotor, projectistas – autores e construtor, são atribuídos troféus e diplomas.
2. Na intervenção referida no número anterior é colocada uma placa de material imperecível.
3. Aos responsáveis pela intervenção distinguida com menções honrosas, são entregues diplomas.

ARTIGO 16.º > ELEGIBILIDADE

1. Podem apresentar candidatura ao Prémio IHRU todas as entidades públicas ou privadas que tenham promovido intervenções de reabilitação urbana em qualquer uma das linhas referidas no artigo 14.º.
2. Só são admitidos a concurso os empreendimentos fisicamente concluídos no ano anterior ao procedimento em causa, tenham ou não beneficiado de apoios do IHRU.
3. A admissibilidade dos concorrentes fica dependente da inexistência de quaisquer dívidas ou outro tipo de incumprimento de obrigações assumidas no desenvolvimento da sua actividade, podendo o Júri a qualquer momento solicitar a apresentação de adequada prova documental

ARTIGO 17.º > CANDIDATURAS

1. A abertura do procedimento para atribuição do Prémio IHRU – Variante Reabilitação, é objecto de adequada publicitação, designadamente mediante inserção de anúncio em dois jornais de tiragem nacional e no Portal da Habitação, o qual substancia um convite à apresentação de candidaturas.
2. Os interessados devem formular candidatura que inclua informação detalhada sobre a intervenção de reabilitação urbana, designadamente:

- a) documentação escrita, gráfica e fotográfica, montada em painéis rígidos de material leve, de 700 x 1000 mm, ao alto, e espessura não superior a 5 mm, sendo o número de painéis limitado a um máximo de dois;
 - b) documentação escrita gráfica e fotográfica, apresentada em papel em formato A4 e em suporte digital;
 - c) no caso de se tratar de reabilitação isolada a planta dos pisos, corte significativo, memória descritiva e histórica do edifício, especificando descrição construtiva da intervenção;
 - d) elementos que permitam a avaliação comparativa da situação anterior e posterior à intervenção;
 - e) outros elementos que o concorrente repute imprescindíveis para a avaliação da extensão e do carácter da intervenção de reabilitação.
3. A candidatura inclui ainda declaração do promotor, proferida sob compromisso de honra, de:
 - a) inexistência de dívidas à Fazenda Pública e à Segurança Social;
 - b) conhecimento e aceitação integral do conteúdo do presente regulamento.
 4. Todo o material será entregue, devidamente embalado e identificado, em local e prazos a publicitar nos termos do disposto no art. 7.º.

ARTIGO 18.º > CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Na apreciação das intervenções apresentadas a concurso e consoante as linhas em causa, o Júri pondera os seguintes elementos:

- a) extensão da reabilitação;
- b) a valorização da qualidade da paisagem urbana;
- c) a interligação funcional com os espaços e valores naturais e culturais existentes;
- d) a compatibilização da intervenção com os demais usos na área urbana de influência;
- e) a imagem e modelo organizacional adoptado;
- f) as técnicas e a racionalidade construtiva, integrando valores de caracterização local e aplicando soluções, tecnologias e materiais amigos do ambiente que reduzam o consumo de energia;
- g) o garante da acessibilidade e mobilidade na utilização do espaço público e do espaço edificado;
- h) a apropriação pelos utilizadores;
- i) o carácter inovador da reabilitação.

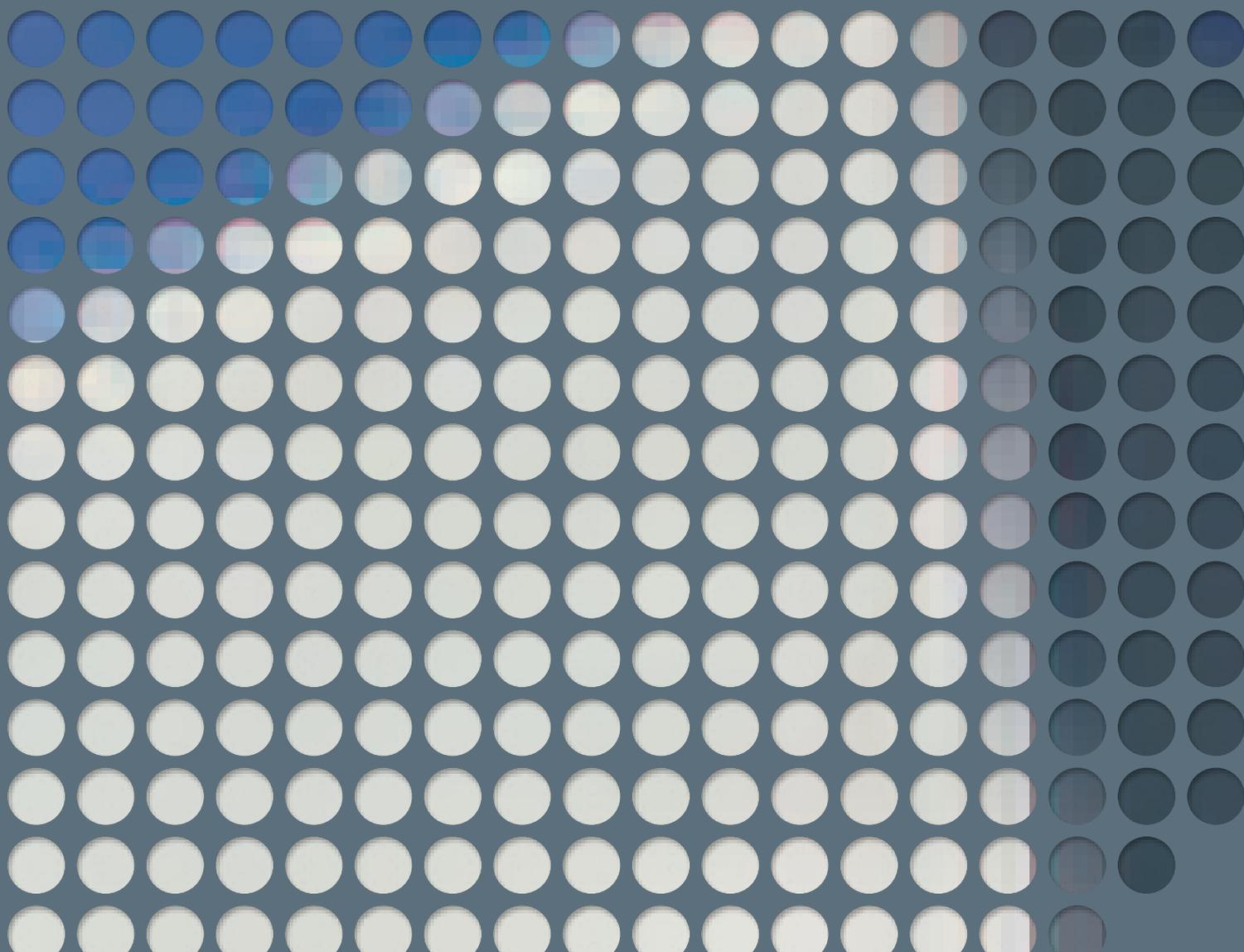
CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 19.º

Em tudo o que não estiver especificamente regulado no presente regulamento aplica-se a legislação em vigor.

TRABALHOS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA





PRÉMIO IHRU 2011

TRABALHOS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

APRESENTAÇÃO

PRÉMIO IHRU 2011 TRABALHOS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Introdução

No âmbito do Prémio IHRU foi criada, em 2010, a variante para trabalhos de produção científica que tem como objectivo incentivar o estudo e a investigação de matérias ligadas à habitação e à reabilitação urbana.

Esta variante procura dar relevo às teses de mestrado ou doutoramento e a trabalhos científicos publicados que anualmente se debruçam sobre matérias de interesse para o IHRU e que sobressaem pela sua qualidade e criatividade.

Apresentação

Foi aberto um período de candidaturas a esta variante do Prémio IHRU entre Maio e Junho de 2011, tendo-se registado a inscrição e aceitação de 31 trabalhos, dos quais 8 teses de doutoramento e 23 teses de mestrado e trabalhos científicos, de acordo com as seguintes áreas temáticas:

| ÁREA TEMÁTICA | N.º DE CANDIDATURAS ACEITES |
|------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| Dinâmica do mercado de habitação | 3 teses de mestrado |
| Economia e gestão imobiliária, arrendamento urbano | 1 tese de doutoramento |
| Eficiência energética e condições de habitabilidade associadas aos edifícios | 4 teses de mestrado |
| Habitação Social e modelos de habitar | 3 teses de doutoramento 4 teses de mestrado 1 trabalho científico publicado |
| Reabilitação do edificado / técnicas construtivas | 1 tese de doutoramento 6 teses de mestrado |
| Reabilitação urbana | 3 teses de doutoramento 5 teses de mestrado |

Metodologia da avaliação

No decurso dos trabalhos de apreciação e selecção das candidaturas o Júri reuniu, uma primeira vez, para definir a metodologia a aplicar no processo. Numa segunda reunião, os membros do Júri procederam à análise das teses que foram objecto de uma pré-selecção segundo os critérios adoptados. Finalmente, após nova apreciação, numa terceira reunião, o Júri identificou as melhores teses.

Cada candidatura foi apreciada e pontuada pelos elementos do Júri, de forma individualizada, sob os seguintes aspectos:

- ◆ Interesse nacional da temática abordada;
- ◆ Interesse para o sector da habitação e da reabilitação urbana da temática abordada;
- ◆ Qualidade científica da pesquisa;
- ◆ Qualidade formal do trabalho apresentado (organização, redacção)
- ◆ Carácter inovador da obra.

As pontuações atribuídas a cada uma das candidaturas permitiram distinguir os melhores trabalhos a que foi atribuído o Prémio IHRU para trabalhos de produção científica.

O Júri decidiu, ainda, atribuir três menções honrosas às teses que se destacaram pelo seu interesse e carácter inovador.

PRÉMIO IHRU PARA TRABALHOS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

TESE DE DOUTORAMENTO

Foi seleccionada a melhor tese, vencedora do Prémio IHRU para trabalhos de produção científica, em 2011:

TÍTULO:

Casa e Mudança Social: uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa

AUTORA:

Sandra de Sá Guerra Marques Pereira

ÁREA TEMÁTICA:

Habitação social e modelos de habitar

A tese foi defendida no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, em 2010

Menções Honrosas

No âmbito do Prémio IHRU para trabalhos de produção científica, em 2011, foram atribuídas duas Menções Honrosas às teses de doutoramento:

1.

TÍTULO:

O Social, o Espacial e o Político na Pobreza e na Exclusão. Avaliação de iniciativas de regeneração de áreas urbanas “em risco” na cidade do Porto

AUTOR:

Sónia Cristina Nunes Alves

ÁREA TEMÁTICA:

Habitação social e modelos de habitar

A tese foi defendida no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, em 2010

2.

TÍTULO:

Planning for public realm conservation: the case of Portugal’s World Heritage Cities

AUTOR:

Elisabete Maria Pires Cidre

ÁREA TEMÁTICA:

Reabilitação Urbana

A tese foi defendida na UCL, Bartlett School of Planning, em 2010

TESE DE MESTRADO

Foi seleccionada a tese de mestrado vencedora do Prémio IHRU para trabalhos de produção científica, em 2011:

TÍTULO:

Comportamento ao fogo de vigas de betão armado reforçadas à flexão com laminados de fibras de carbono (CFRP). Desenvolvimento de sistemas de protecção ao fogo.

AUTOR:

João Pedro Lage da Costa Firmo

ÁREA TEMÁTICA:

Reabilitação do edificado/técnicas construtivas

A tese foi defendida no Instituto Superior Técnico, em 2010

Menção honrosa

No âmbito do Prémio IHRU para trabalhos de produção científica, em 2011, foi atribuída uma Menção Honrosa à tese de mestrado:

TÍTULO:

O endividamento, relativo à habitação, das famílias residentes num bairro social, em Lisboa

AUTORA:

Arminda Marlene Braga Almeida Monteiro

ÁREA TEMÁTICA:

Habitação social e modelos de habitar

A tese foi defendida no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, em 2010

CONSTITUIÇÃO DO JÚRI

Dr. António Mendes Baptista

Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)

Arq. Rogério Pampulha

Dr. Nuno Vitorino

Prof.^a Teresa Valsassina Heitor

Prof. Vítor Escária

Prof. José Manuel Simões

Prof.^a Isabel Guerra

APOIO TÉCNICO:

Dr. Ricardo Guedes

(IHRU/Lisboa)

Casa e Mudança Social: uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa

Sandra de Sá Guerra Marques Pereira

A presente tese de doutoramento, realizada no ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa com o apoio de uma bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), foi defendida nessa instituição a 7 de Dezembro de 2010, tendo sido aprovada com Distinção e Louvor por Unanimidade. O júri teve a seguinte composição: Prof. Doutora Graça Carapinheiro (presidente do júri); Prof. Doutor Nuno Portas; Prof. Doutora Roselyne de Villanova; Prof. Doutora Ana Nunes de Almeida; Prof. Doutor António Firmino da Costa; Prof. Doutora Teresa Costa Pinto; Prof. Doutora Isabel Guerra (orientadora).

Na tese, a casa é tratada como documento sociológico de interpretação das mudanças ocorridas na sociedade (urbana) portuguesa contemporânea. Partindo da exploração da dimensão cultural da casa, tanto ao nível da produção (o espaço construído), como da apropriação (o espaço vivido), a tese - que empiricamente se cinge à habitação multifamiliar promovida pelo sector privado em Lisboa - desenvolve-se no cruzamento de duas linhas de pesquisa complementares e inter-dependentes: i) a pesquisa dos sentidos sociais da mudança corporizados nas formas da casa, ao longo do século XX - Parte II; ii) a pesquisa das formas como alguns traços fundamentais que caracterizam a sociedade portuguesa contemporânea são concretizados através da casa - Parte III.

A Parte I, intitulada "Uma leitura da mudança social através da casa" e constituída pelos capítulos 1 e 2, funciona como enquadramento conceptual e teórico da tese. O primeiro capítulo centra-se na explicitação sociológica do objecto de estudo, desenvolvendo para tal uma reflexão em torno da questão-chave: até que ponto é que o espaço doméstico corporiza as mudanças da sociedade portuguesa contemporânea e até que ponto é que as mudanças da sociedade portuguesa con-

temporânea "reivindicam" a sua própria domesticação? Depois de discutida a primeira parte da questão, relativa à dimensão cultural do espaço construído, segue-se uma reflexão em torno da segunda componente daquela, relativa ao espaço vivido, das formas de habitar. A problematização sociológica do relacionamento entre a casa e a mudança social, aqui realizada através de uma focagem no processo de modernização, é o passo seguinte: primeiro, caracteriza-se "a" tendência pesada da modernização - a individualização -, seguindo-se uma discussão das duas das variáveis mais relevantes para a compreensão da sua concretização social e que, muito especialmente no que toca à casa, se revelam fundamentais - a classe social e a família. O capítulo termina com uma chamada de atenção para uma importante particularidade desta tese: a centralidade da documentação visual. O segundo capítulo centra-se numa discussão das formas de pensar a mudança social, apresentando-se como um esforço de explicitação prévia da lógica epistemológica que presidirá ao resto da tese.

A Parte II, intitulada "A casa no tempo ou os sentidos sociais do devir nas formas da casa: a habitação na Lisboa do século XX" e constituída pelos capítulos 3, 4 e 5, propõe-se responder a algumas questões fundamentais: será que a evolução da casa ao longo do século XX, do ponto de vista do espaço construído e muito especialmente da forma do fogo, incorpora (ou não) a própria evolução e os sentidos da mudança social veiculados pela família moderna? Haverá alguma correlação entre as lógicas evolutivas da família moderna e as lógicas evolutivas da casa enquanto espaço por excelência da própria família? Será que as dimensões mais públicas da casa, desde o edifício às próprias mensagens publicitárias dos anúncios de imobiliário, são absolutamente inócuas e desprovidas

de sentido? Não serão elas fundamentais na comunicação dos (supostos) projectos identitários e intenções estatutárias daqueles a quem se destinam?

Na tentativa de encontrar respostas para estas questões, toda esta parte desenvolver-se-á como um ensaio exploratório, trabalhado numa perspectiva diacrónica, de uma análise dos significados sociológicos da forma da casa, isto é, das “visões de família” incorporadas nas várias formas (composição e morfologia) que a casa vai assumindo ao longo do tempo. Complementarmente, far-se-á uma análise dos conteúdos valorativos mais genéricos perscrutáveis nas mensagens publicitárias dos anúncios de imobiliário.

No primeiro período analisado, até à década de 60, a análise centra-se nos tipos habitacionais já firmados no campo da Arquitectura: i) o gaioleiro, até 1930; ii) o Estado Novo ou português suave, especialmente visível na década de 40; sendo que estes dois primeiros tipos serão tratados conjuntamente no capítulo 3; iii) o moderno e seus derivados que caracterizaram sobretudo as décadas de 50 e 60; dada a sua importância e carácter referencial serão tratados de forma autónoma no capítulo 4. Neste caso, a análise visa a desconstrução dos sentidos sociológicos corporizados por alguns exemplares mais emblemáticos desses tipos, nomeadamente das suas componentes principais: i) a planta do fogo; ii) o edifício; iii) e, mais secundariamente, os espaços comuns do próprio edifício.

No segundo período, relativo ao Portugal democrático, tratado no capítulo 5, a fonte utilizada é a totalidade dos anúncios de habitação publicados no Expresso entre 1973 e 1999, cuja análise tem dois objectivos: 1) análise das plantas, numa abordagem análoga à desenvolvida anteriormente; 2) análise dos conteúdos das mensagens publicitárias, tendo em vista a captação dos valores sociais mais genéricos, das ambiências valorativas de uma época e dos sentidos da mudança social.

Como pano de fundo da Parte II, afirmava-se a hipótese da forte homogeneidade dos modelos habitacionais oferecidos pelo mercado ao longo dos últimos 40-50 anos, uma homogeneidade fundamentada na hegemonia da casa moderna.

Esta hipótese, que se afirmara pelo menos desde os anos 60, oferecia-se, não apenas a uma confirmação, na presente pesquisa, mas sobretudo convidava à compreensão dos próprios conteúdos (sociológicos) subjacentes a essa suposta homogeneidade: esta questão afigura-se como particularmente problemática no contexto actual da Modernidade (Modernidade Tardia), caracterizado pelo acentuar do processo de individualização. A diferenciação, quer como valor e orientação normativa reivindicáveis social e individualmente, quer como impacto decorrente daquele, nomeadamente através da diversificação das formas estruturais da família, torna-se, neste contexto, determinante e pouco compatível com a imposição apriorística de lógicas homogeneizadoras. Pelo que o estudo dos modelos habitacionais diferenciados se afigurava como especialmente pertinente para dar conta das tendências emergentes de modernização da sociedade portuguesa.

A parte III, constituída pelos capítulos 6, 7, 8, 9, 10 e 11, que, distintamente da anterior, se desenvolve fundamentalmente no plano da sincronia, centra-se assim no estudo de quatro casos de habitação diferenciada oferecidos pelo mercado imobiliário contemporâneo, a saber: a Arquitectura Sustentável, os Lofts, os Studios Residence e os Condomínios Residenciais. Para tal, desenvolveu-se uma exploração de três dimensões de análise inter-dependentes: i) a forma (destes espaços domésticos); ii) os usufrutuários e as suas particularidades sociológicas; iii) as formas de habitar, do ponto de vista prático e simbólico, que os mesmos protagonizam face a estas casas diferenciadas.

O capítulo 6, o primeiro da Parte III, inicia com uma caracterização dos casos estudados, terminando com a explicitação dos procedimentos metodológicos aplicados em cada caso (inquérito, entrevistas, plantas e fotografias). No primeiro, discute-se a composição social da população residente, numa (tentativa de) aproximação ao perfil sociológico dos pioneiros da diferenciação habitacional, a partir do “tipo de família”, por um lado, e da classe social, por outro, sendo que, na estrita dependência desta segunda variável, surge também a importante questão da formação e da profissão.

No capítulo 8, inicia-se a exploração dos sentidos sociológicos da diferenciação habitacional vivida e percebida pelos residentes dos vários tipos relativa a um aspecto específico: a localização, considerado o factor de valorização imobiliária, por excelência. Todo este capítulo desemboca num exercício sociológico de entendimento das diferentes percepções subjectivas da cidade central e antiga, por um lado, e da cidade nova e limítrofe, por outro.

Os capítulos 9, 10 e 11 abandonam a lógica comparada que presidiu aos anteriores, dedicando-se, cada um deles, ao aprofundamento dos três casos seleccionados para o efeito: os lofts (cap. 9), os studios residence (cap. 10) e a arquitectura sustentável (cap. 11). Os condomínios residenciais acabariam por ser excluídos deste aprofundamento por razões explicitadas no capítulo 6. Estes três últimos capítulos da tese estão já muito focados na análise das formas de habitar e da vivência e percepção destes tipos habitacionais, seleccionados a priori pelo seu carácter diferenciado. A ordem pela qual eles serão apresentados segue uma lógica que parte do geral para o particular. Tendo-se constatado que quanto mais diferente em relação à norma (social e habitacional), mais semelhante em relação à “comunidade condominial”, isto é, em relação aos vizinhos residentes no mesmo edifício, optou-se pelo seguinte: iniciar a análise com o caso dos lofts, em que a (relativa) homogeneidade interna permitiu uma análise mais de conjunto, mais “grupala” diríamos, e finalizar com a arquitectura sustentável, cuja efectiva heterogeneidade interna aconselhou a uma análise centrada nas singularidades “habitacionais” de três dos sete indivíduos entrevistados.

A pesquisa demonstrou que a pergunta inicial, na sua dupla vertente, faz todo o sentido porquanto a casa é uma componente fundamental da cultura material de uma determinada sociedade e, em simultâneo, um território por excelência de expressão das particularidades identitárias e vivenciais dos indivíduos que nela coabitam. Porém, a resposta encontrada para as suas duas componentes é diferente: efectivamente, as formas (de habitar) como os indivíduos da sociedade actual reivindi-

cam a sua “contemporaneidade” são muito mais heterogéneas, matizadas e complexas do que as casas oferecidas pelo mercado, cuja evolução, ao longo do tempo, corporiza efectivamente as mudanças sociais, mas de um modo relativamente homogéneo e algo linear. Ainda assim, a transformação da casa não é um assunto simples, tratando-se, não de “uma” transformação, mas sim de “múltiplas” transformações que se sobrepõem, umas de forma mais rápida e evidente, outras de forma mais lenta e imperceptível: a evolução da casa resulta pois da conjugação da evolução das suas múltiplas componentes que vão mudando a ritmos muito diferentes. As componentes mais visíveis e, portanto, aquelas com maior potencial simbólico são as que mudam mais rapidamente, as mais efémeras. As narrativas publicitárias figuram entre as componentes mais voláteis, seguidas, em certa medida, pela “pele” dos edifícios e mesmo dos apartamentos (estética, materiais e acabamentos). A planta do fogo, a forma da casa, parece ser a componente mais perene e, se quisermos, a mais estrutural, aquela cuja evolução é mais lenta e mais contínua, mas também a mais homogénea, aquela onde a inovação e a diversidade social têm mais dificuldade em entrar.

Não obstante, a evolução das plantas dos fogos corresponde, de certa forma, à das orientações normativas dominantes sobre a família ao longo do século XX e início do século XXI: da institucionalização (modelo de família pautado pela hierarquização), passando pela fusionalidade (democratização das relações familiares numa lógica congregacional) e terminando no associativismo (autonomização e individualização intra-familiares). Esta equivalência não é fruto exclusivo do acaso, sendo que o grau de intencionalidade social adstrito a um programa habitacional varia em função de, pelo menos, dois factores, não mutuamente exclusivos: a) o nível de reflexividade/pericialidade dos actores intervenientes; b) o entendimento do poder ideológico do espaço e o interesse em capitalizar esse mesmo poder. As plantas dos anos 50 e 60, designadas de transição tradicional-moderno (e aliás os respectivos edifícios), afirmar-se-iam como as mais interes-

santes do ponto de vista sociológico: se, por um lado, a sua hibridez revela muito de uma época de transição, uma época repleta de contradições e de tensões entre lógicas de sentido oposto, umas mais modernas e outras mais tradicionais, por outro, ela revela-se mais rica na aproximação à complexidade social.

Quanto aos casos estudados, verificou-se que a procura da diferença não teve, no caso da arquitectura sustentável, qualquer importância: os valores da sustentabilidade constituem, actualmente, normativas civilizacionais, muito mais do que valores de diferenciação social. Esse dado é também uma das razões que justifica ser este o caso com a população mais sociologicamente heterogénea. O caso dos lofts é aquele em que a procura da diferença, de carácter cultural, se evidenciou mais forte, tratando-se de um modelo habitacional que simboliza um estilo de vida “alternativo” alicerçado nos valores da estética, cosmopolitismo e individualização. Essa procura da diferença traduziu-se, por outro lado, numa forte necessidade de identificação inter-pares (entre vizinhos), razão que justifica ser este o caso com a população mais sociologicamente homogénea. Os Studios Residence evidenciam também uma forte homogeneidade social, mas essencialmente relacionada com uma etapa do curso de vida: a entrada na vida adulta. Neste caso, marcado pela transitoriedade e pela experimentação da cidade central, predominam os casais jovens sem filhos em coabitação e os indivíduos sós. A transitorie-

dade pode, em alguns casos, ser vivida e sentida como precariedade, mas a aceleração do sentido de transitoriedade de uma forma de habitar, que assim se associa mais a um sentimento de precariedade, parece estar dependente de, pelo menos, três condições: a proximidade residencial em relação à casa anterior, a intensidade relacional, familiar e amical, que se estabelece com o contexto onde se inscreve a casa actual e, por último, o entendimento do território actual como o território de instalação definitiva.

Por último, e retomando o início destas conclusões refira-se que a heterogeneidade das formas de habitar é, em grande medida, explicável pela imensa diversidade de factores que concorrem para a sua formatação e, sobretudo, pela geometria variável com que esses mesmos factores se podem conjugar, caso a caso. Genericamente e para além da económica, as formas de habitar são co-determinadas por variáveis de ordem múltipla, a saber: i) familiar e “demográfica”, relacionadas com o “ciclo de vida e com o tipo de família”; ii) biográfica, nomeadamente os aspectos relacionados com a história (individual) residencial passada, incluindo as trajectórias residenciais ao longo da vida; iii) relacional, referentes ao tipo de comunidades pessoais que os indivíduos protagonizam, dentro de casa, na sua envolvente imediata e naquela outra mais lata, e, ainda, numa escala mais distante; iv) prática, relativas às formas de estruturação da vida quotidiana; v) social e cultural; vi) identitária e projectual.

Comportamento ao fogo de vigas de betão armado reforçadas à flexão com laminados de fibras de carbono (CFRP). Desenvolvimento de sistemas de protecção ao fogo

João Pedro Lage da Costa Firmo

Nas duas últimas décadas a utilização de materiais CFRP no reforço de estruturas de betão armado registou um aumento considerável, sobretudo devido às vantagens que apresentam em relação aos materiais tradicionais, em particular face ao aço. Estas vantagens, incluem a elevada resistência à tracção, a reduzida massa volúmica, a elevada resistência à corrosão e à fadiga e a facilidade de transporte e de aplicação. No entanto, o seu custo relativamente elevado e alguns aspectos específicos do seu comportamento impedem que sejam uma alternativa incontestável às técnicas e materiais convencionais. O facto de a relação constitutiva dos CFRP's ser linear até à rotura faz com que este material apresente um comportamento frágil. Além disso, e apesar de a sua tensão resistente à tracção ser bastante elevada, os mecanismos de rotura prematuros do sistema de reforço na ligação betão-CFRP são relativamente frequentes, impedindo que a capacidade resistente do CFRP seja completamente explorada. Estes dois aspectos têm como consequência uma diminuição da ductilidade dos elementos reforçados com este tipo de sistemas. Contudo, ao longo dos últimos anos, o comportamento mecânico de elementos de betão armado reforçados com CFRP's foi alvo de estudos relativamente profundos, existindo, por isso, verificações de segurança nos diversos regulamentos/normas que, directa ou indirectamente, tentam minimizar a ocorrência de roturas prematuras e a redução de ductilidade dos elementos.

O comportamento dos sistemas de reforço com CFRP a temperaturas elevadas (quer sejam sistemas por simples colagem ou que recorrem a dispositivos de fixação que possibilitam o pré-esforço) constitui uma das suas principais desvantagens. Quando a temperatura atinge o valor que caracteriza o fenómeno de transição vítrea do material mais

susceptível a este tipo de acção (geralmente a resina de colagem ou de impregnação, dependendo do tipo de sistema), que se situa entre 50°C e 140°C, verifica-se a passagem de um estado vítreo para um estado viscoso. A esta transformação está associada uma redução considerável das propriedades mecânicas do material e uma consequente perda de resistência do sistema de reforço, o que pode colocar em risco a própria segurança do elemento e da estrutura da qual faz parte. Esta situação é problemática, sobretudo, quando o sistema de reforço é sujeito à acção do fogo. Apesar de este comportamento estar identificado, ainda não foram desenvolvidos estudos conclusivos que indiquem quais as metodologias mais eficazes que permitam ultrapassar esta limitação. Esta falta de informação é notória quando se observam as recomendações dos diversos regulamentos/normas dirigidas a este tipo de reforço. Tipicamente, é referido que nas verificações de segurança que envolvam a acção do incêndio deve-se desprezar a contribuição para a resistência do sistema de reforço, excepto em casos que se elaborem estudos que comprovem que através da aplicação de sistemas de protecção ao fogo a temperatura de transição vítrea dos materiais não é atingida. De facto, a susceptibilidade dos materiais que constituem os sistemas de CFRP a temperaturas elevadas, associada à escassez de informação sobre medidas adequadas que permitam melhorar esse comportamento, constituem os principais motivos pelos quais este tipo de sistemas não apresenta uma maior expressão no reforço de estruturas de edifícios, onde o incêndio constitui uma acção de projecto. Nesta dissertação, além de uma pesquisa bibliográfica sobre o referido tema, foram realizados estudos experimentais e numéricos, cujos principais resultados e conclusões se apresentam seguidamente.

A realização de ensaios de análise mecânica dinâmica a provetes de adesivo e de laminado de CFRP utilizados no reforço de estruturas de betão permitiu obter as temperaturas de transição vítrea de ambos os materiais, 54°C e 138°C, respectivamente. Foram ainda realizados ensaios de calorimetria diferencial de varrimento e termogravimetria que permitiram concluir que a temperatura de decomposição destes materiais é aproximadamente 380°C. No estudo bibliográfico verificou-se que para temperaturas próximas da temperatura de decomposição as propriedades resistentes do adesivo e do CFRP são praticamente nulas (principalmente no adesivo).

Os objectivos principais da campanha experimental realizada no âmbito da dissertação foram: o estudo do comportamento ao fogo de vigas de betão armado reforçadas à flexão com laminados de CFRP e a avaliação da eficácia da utilização de dois sistemas de protecção ao fogo. Nesse sentido, 5 vigas reforçadas à flexão foram expostas à acção do incêndio padrão definido na norma ISO 834 apenas na sua face inferior, enquanto lhes era aplicado um carregamento típico de condições de serviço. Foi tomada a opção de não expor directamente as zonas de extremidade do laminado à acção do incêndio (protegidas pelas paredes do forno numa extensão de cerca de 20 cm), por se ter verificado noutro estudo (embora acidentalmente) que aquele tipo de protecção conduz a um tempo de resistência ao fogo superior ao de uma situação em toda a extensão do reforço que estava exposta ao calor. O esquema de ensaio utilizado encontra-se ilustrado na figura 1. Em 4 das 5 vigas referidas foram aplicados sistemas de protecção ao fogo, constituídos por placas de silicato de cálcio ou argamassa à base de vermiculite e perlite, ambos em espessuras de 25 mm ou 40 mm. O ensaio de resistência ao fogo à viga sem sistema de protecção (*viga CFRP*) revelou, tal como era esperado, a susceptibilidade do sistema de reforço a temperaturas elevadas, pois a sua rotura ocorreu ao fim de apenas 23 minutos de exposição. Nesse ensaio, na zona central da viga, foram registadas temperaturas superiores ao valor da temperatura de decomposição da resina e do laminado de CFRP. Concluiu-se que na zona central da viga a ligação

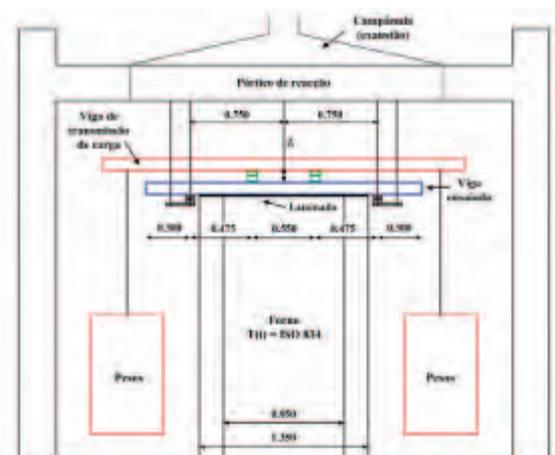


FIGURA 1 Esquema dos ensaios de resistência ao fogo a vigas de betão armado reforçadas à flexão com CFRP (vista frontal; dimensões em metros; sem escala).

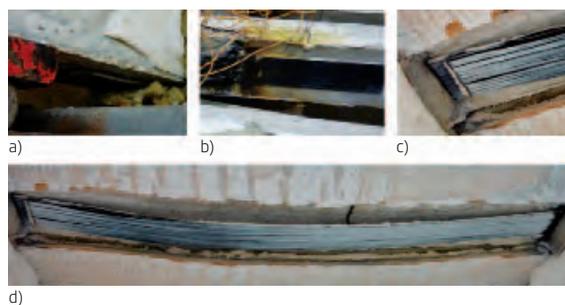


FIGURA 2 Modo de rotura do reforço na *Viga CFRP*: a) descolamento da extremidade do laminado; b) comprimento do laminado que ficou protegido; c) isolamento do laminado na zona da parede do forno; d) zona central do laminado completamente destacada da viga.

entre o laminado e o betão foi destruída ao fim de poucos minutos, o mesmo não tendo ocorrido nas extremidades do laminado, onde o isolamento conferido pelas paredes do forno permitiu que as propriedades da ligação betão-CFRP permanecessem praticamente inalteradas. A partir daquele instante, o laminado passou a funcionar como um “tirante”, com as suas extremidades fixas através da aderência ao betão. Com o aumento das temperaturas na viga, as suas propriedades de rigidez e resistência foram diminuindo. Previsivelmente, registaram-se incrementos no deslocamento a meio vão, que resultaram num aumento da deformação do laminado e, em consequência, num acréscimo da força de tracção no laminado e das tensões de corte na amarração. A rotura do reforço ocorreu quando essas tensões igualaram a tensão resistente do betão ao corte. Na figura 2 apresenta-se um conjunto de imagens onde é possível observar o modo de rotura descrito.

Nos ensaios às vigas reforçadas em que se aplicaram sistemas de protecção, o mecanismo de rotura do reforço foi idêntico ao verificado na *viga CFRP*. No entanto, a presença de materiais com características isolantes na face inferior das vigas impediu que a taxa de aumento das temperaturas fosse tão elevada como a registada na viga não protegida. Consequentemente, o tempo até à rotura do reforço foi consideravelmente superior. Além disso, as temperaturas máximas atingidas no reforço, embora superiores à temperatura de transição vítrea do adesivo de colagem, não ultrapassaram o valor que define o fenómeno da sua decomposição térmica. Relativamente aos sistemas de protecção, verificou-se que a argamassa à base de vermiculite e perlite apresenta uma eficácia superior à das placas de silicato de cálcio com a mesma espessura, uma vez que proporcionou um tempo de protecção do reforço mais elevado (89 minutos contra 60 minutos nos sistemas com 25 mm de espessura e 167 minutos contra 137 minutos nos sistemas com 40 mm de espessura). Na figura 3 apresenta-se o diagrama ilustrativo da evolução do deslocamento a meio vão das vigas em função do tempo de exposição ao incêndio padrão. Note-se que o tempo definido com o valor zero corresponde ao instante em que foram expostas à acção do fogo.

A realização destes ensaios de resistência ao fogo mostrou que é possível tirar partido da resistência do sistema de reforço mesmo quando em grande parte da sua extensão se atingem temperaturas superiores à temperatura de transição vítrea do adesivo de colagem. De facto, os regulamentos relativos ao dimensionamento deste tipo de reforços referem que apenas se deve considerar a contribuição do reforço para a resistência de um determinado elemento até ao instante em que se atinge a temperatura de transição vítrea. Os ensaios realizados permitiram concluir que essa temperatura representa um limite demasiado conservativo quando na zona de amarração se adoptam medidas de protecção adicionais. Além disso, mostrou-se que a adopção de sistemas de protecção ao fogo constituídos por placas de silicato de cálcio ou por argamassa à base de vermi-

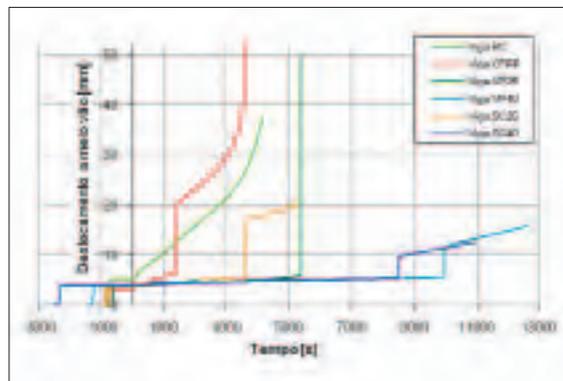


FIGURA 3 Deslocamento a meio vão das vigas em função do tempo de exposição ao calor.

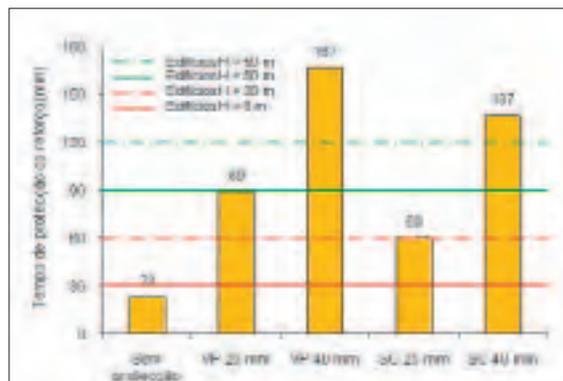


FIGURA 4 Tempo de protecção do reforço e campo de aplicação das vigas testadas.

culite e perlite permitiram que fossem respeitadas as exigências presentes na regulamentação nacional actualmente em vigor, tendo-se obtido as classificações REI60 e REI120 para as vigas com sistemas de protecção de 25 e 40 mm de espessura, respectivamente. A figura 4 compara os tempos de protecção do reforço obtidos nas 4 vigas protegidas com o tempo em que ocorreu o descolamento na viga sem protecção. Na mesma figura estão assinalados os limites mínimos de resistência ao fogo exigidos para cada classe de alturas de edifícios habitacionais de acordo com a regulamentação nacional.

A análise realizada no presente trabalho foi complementada com o estudo numérico termo-químico, onde se simulou a evolução das temperaturas nas secções-tipo das vigas ensaiadas quando expostas ao incêndio padrão da norma ISO 834, recorrendo a um modelo bidimensional

de elementos finitos elaborado no software comercial ANSYS. Apesar de a maioria das variações das propriedades termofísicas dos materiais terem sido obtidas através de dados bibliográficos, observou-se uma concordância assinalável entre os resultados numéricos e os experimentais, tal como mostram os erros médios globais associados aos modelos elaborados, variáveis entre 12% e 21%. Na figura 5 apresenta-se um diagrama temperatura-tempo onde se incluem os resultados experimentais (Ti) e numéricos (Mi) referentes à secção-tipo da *viga CFRP*, comprovando o bom ajuste.

Verificou-se que nas vigas com sistemas de protecção ao fogo o melhor ajuste aos resultados experimentais foi obtido nos modelos em que se

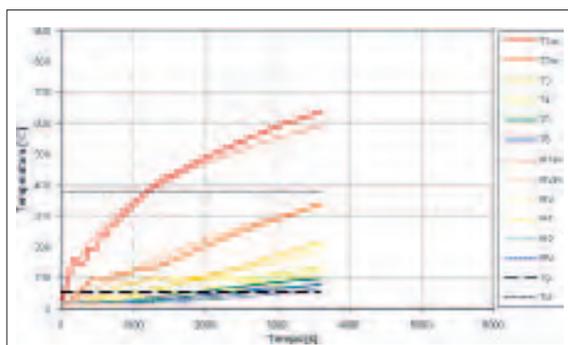


FIGURA 5 Diagrama temperatura-tempo da *viga CFRP*: valores experimentais e numéricos.

impôs directamente a temperatura do incêndio padrão nos nós da face quente da viga, enquanto que nas restantes vigas se obteve melhor concordância quando foram explicitamente consideradas as trocas de calor por convecção e radiação nessa face.

Os modelos numéricos termoquímicos elaborados, apesar de simularem apenas a evolução bi-dimensional das temperaturas, constituem uma ferramenta bastante útil quando se pretende avaliar o desempenho de várias combinações de espessuras e materiais de protecção, com vista ao desenvolvimento de novos sistemas de protecção ao fogo para vigas de betão armado reforçadas com CFRP.

Terminado o presente trabalho, pode concluir-se que, em geral, os seus objectivos foram alcançados. Tal como referido anteriormente, o incumprimento das exigências regulamentares relativas à resistência ao fogo, tem sido um dos principais motivos pelo qual os sistemas de reforço com CFRP não apresentam uma maior expressão. O trabalho apresentado mostra que, mediante a adopção de medidas de protecção adequadas, é possível que vigas de betão armado reforçadas com CFRP apresentem um tempo de resistência ao fogo compatível com a sua utilização em elementos estruturais de edifícios.

OUTRAS CANDIDATURAS

TESES DE DOUTORAMENTO

| ÁREA TEMÁTICA | NOME | TÍTULO DO TRABALHO |
|-------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Economia e gestão imobiliária/ Arrendamento urbano | Nuno Gonçalo Cordeiro Marques de Almeida | <i>Modelo de gestão técnica de edifícios baseado no desempenho e no risco</i> |
| Habituação social e modelos de habitar | Patrícia Santos Pedrosa | <i>Habitar em Portugal nos anos 1960: ruptura e continuidade. Um caminho pelo interior do discurso</i> |
| Reabilitação do edificado/ técnicas construtivas | António José Damas da Costa Lobato dos Santos | <i>Desconstrução de Edifícios: uma perspectiva arquitectónica</i> |
| Reabilitação urbana | Ana Teresa Vaz Ferreira Ramos | <i>Os custos do desenvolvimento sustentável para a engenharia, arquitectura e construção nos processos de reabilitação</i> |
| | Maria Rosália da Palma Guerreiro | <i>Urbanismo orgânico e a ordem implícita. Uma leitura através das geometrias da Natureza</i> |

TESES DE MESTRADO E TRABALHOS CIENTÍFICOS

| ÁREA TEMÁTICA | NOME | TÍTULO DO TRABALHO |
|------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Dinâmica do mercado de habitação | Inês Lencastre Fernandes | <i>Representação e realidade na procura de habitação no centro do Porto</i> |
| | João Henrique Pelixo Azougado | <i>Luxo low-cost: a oportunidade de luxo em arquitectura</i> |
| | José Luís Pereira Ribeiro | <i>O módulo "standard" na arquitectura contemporânea</i> |
| Eficiência energética e condições de habitabilidade associadas aos edifícios | Fernando Jorge Fernandes Jorne | <i>Análise do comportamento higrotérmico de soluções construtivas de paredes em regime variável</i> |
| | João Filipe dos Santos Afonso | <i>Estudo do comportamento térmico de edifícios antigos</i> |
| | Luís Gonçalo Correia Baltazar | <i>Estudo da ventilação e da qualidade do ar interior num edifício pré-escolar. Avaliação experimental e modelação numérica</i> |
| | Mariana Couto Brito | <i>Reabilitação de fachadas e o seu contributo energético. Caso de estudo de um hotel em Lisboa</i> |
| Habituação social e modelos de habitar | Cristina Neyra Brandão de Vasconcelos | <i>Evolução social e transformação do espaço doméstico no bairro social do Arco Cego</i> |
| | Maria Inês Cunha Rodrigues da Silva | <i>(Re)modelação de um edifício para a promoção e desenvolvimento social</i> |
| | Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de Almeida | <i>Favor, recompensa e controlo social: os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)</i> |
| | Sandra de Sá Guerra Marques Pereira | <i>Cenários do espaço doméstico: modos de habitar</i> |

| ÁREA TEMÁTICA | NOME | TÍTULO DO TRABALHO |
|-----------------------------------------------------|---------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Reabilitação do edificado/ técnicas construtivas | Ana Catarina Bispo Serrano | <i>Reconversão de espaços industriais: três projectos de intervenção em Portugal</i> |
| | Elisabete Marina Oliveira Duarte | <i>Análise, intervenção e monitorização de estruturas antigas de madeira do CampUrbis</i> |
| | Helena Cristina Afonso de Azevedo Osório | <i>Ambientes decorativos românticos de casas nobres do norte de Portugal</i> |
| | Joana de Avelar Teixeira Califórnia Quintas | <i>Ações de salvaguarda e reabilitação do património: o exemplo do Palácio Fronteira</i> |
| | Nuno Valentim Rodrigues Lopes | <i>Reabilitação de caixilharias de madeira em edifícios do século XIX e início do século XX. Do restauro à selecção exigencial de uma nova caixilharia: o estudo do caso da habitação corrente portuense</i> |
| Reabilitação urbana | Cláudia Sofia Carvalhal Alves | <i>A cidade (histórica) enquanto processo contínuo de (re)formulação. As Sociedades de Reabilitação Urbana como proposta de reabilitação urbana</i> |
| | Fernando Vítor Félix Ribeiro | <i>Boas práticas de reabilitação do património vernacular construído. A experiência do Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve</i> |
| | Helena Machado Morais | <i>Um projecto (para a) cidade. Santarém.</i> |
| | Luís Filipe Cavaco Andrade Jesus Neto | <i>The impacts of urban regeneration companies in the revitalization of city centres. The case of Porto Vivo SRU</i> |
| | Tiago Miguel dos Santos Ferreira | <i>Avaliação da vulnerabilidade sísmica de núcleos urbanos antigos. Aplicação ao núcleo urbano antigo do Seixal</i> |



PRÉMIO IHRU 2011

TRABALHOS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

REGULAMENTO

Tem sido prática do IHRU distinguir, através da atribuição de um prémio de prestígio, os empreendimentos de habitação de interesse social e as obras de reabilitação no meio urbano que se destacam por constituírem experiências inovadoras e exemplares, susceptíveis de merecer o reconhecimento e a ponderação do sector.

No contexto do prémio IHRU foi criada, em 2010, uma nova variante relativa aos trabalhos de produção científica que tem como objectivo incentivar o estudo e a investigação de matérias ligadas à habitação e à reabilitação urbana.

Assim, o Prémio IHRU, nesta variante, procura dar relevo às teses de mestrado e de doutoramento que anualmente sobressaem pela qualidade e criatividade e se debruçam sobre a matéria regulada pelo presente clausulado.

ARTIGO 1.º > OBJECTO

1. O Prémio IHRU para Trabalhos de Produção Científica, adiante designado por prémio destina-se a destacar e a recompensar trabalhos de reconhecida qualidade produzidos na área da habitação e da reabilitação urbana.
2. O prémio encontra-se estruturado em duas categorias:
 - a) Teses de mestrado e de trabalhos científicos publicados;
 - b) Teses de doutoramento.

ARTIGO 2.º > OBJECTIVO

São objectivos do prémio:

- a) Incentivar jovens quadros e mestrados universitários para as temáticas da habitação e da reabilitação urbana;
- b) Incentivar investigadores na pesquisa de novas abordagens e apresentação de soluções susceptíveis de contribuir para o desenvolvimento do sector;
- c) Promover, no âmbito das Universidades e Centros de Investigação que lhe estejam associados, o interesse para o desenvolvimento da investigação em temáticas da habitação e da reabilitação urbana;
- d) Divulgar estudos e trabalhos que, pelas suas características, possam servir de referência para outros estudos, para orientar práticas ou apoiar políticas sectoriais;
- e) Fomentar o intercâmbio de saberes e fazeres entre o sector da habitação e da reabilitação urbana e o da ciência e tecnologia.

ARTIGO 3.º > NATUREZA

1. O prémio tem natureza pecuniária e consiste na atribuição de 1.000 euros a cada uma das duas melhores teses de mestrado ou trabalhos de investigação publicados e de 5.000 euros à melhor tese de doutoramento.
2. Aos trabalhos premiados serão ainda atribuídos diplomas de reconhecimento de mérito.
3. O júri reserva-se o direito de atribuir menções honrosas.

ARTIGO 4.º > ÁREAS TEMÁTICAS

Os trabalhos susceptíveis de serem abrangidos pelo prémio devem incidir nas seguintes áreas temáticas:

- a) Reabilitação urbana;
- b) Reabilitação do edificado/técnicas construtivas;
- c) Habitação social e modelos de habitar;
- d) Dinâmica do mercado de habitação;
- e) Economia e gestão imobiliária/Arrendamento urbano;
- f) Fiscalidade relacionada com o parque imobiliário de habitação;
- g) Eficiência energética e condições de habitabilidade associadas aos edifícios.

ARTIGO 5.º > PUBLICITAÇÃO

O prémio será adequadamente publicitado.

ARTIGO 6.º > PERIODICIDADE

O prémio tem a periodicidade anual para ambas as categorias.

ARTIGO 7.º > CANDIDATURAS

1. As candidaturas devem reportar-se a trabalhos da autoria de cidadãos portugueses ou residentes em Portugal e ser apresentados em língua portuguesa ou inglesa.
2. As candidaturas deverão ser entregues, em formato digital, através do endereço electrónico "observatorio@ihru.pt" em formulário a disponibilizar no sítio do OHRU, no Portal da Habitação, até à data a fixar pelo IHRU no ano a que respeita o prémio.
3. Os trabalhos enviados ao IHRU serão utilizados exclusivamente no âmbito do prémio.

ARTIGO 8.º > JÚRI

1. A atribuição dos prémios será feita por um júri constituído para o efeito.
2. O júri é presidido pelo presidente do Conselho Directivo do IHRU, por outro elemento do IHRU a designar e por três individualidades de reconhecido mérito das áreas temáticas assinaladas no artigo 4.º, a designar pelo Conselho Directivo do IHRU, e a divulgar oportunamente no Portal da Habitação.
3. O júri delibera em reunião privada, por maioria simples de votos dos membros presentes.
4. Em cada reunião é lavrada uma acta, que contém um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando designadamente a data e local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e resultado das votações.
5. O júri reserva-se o direito de não atribuir o prémio sempre que as candidaturas apresentadas não preencham os objectivos que presidiram à instituição do prémio ou não cumpram as disposições do regulamento.

ARTIGO 9.º > ENTREGA DO PRÉMIO

A atribuição do prémio, nas suas duas categorias, será realizada em sessão pública do prémio IHRU nas suas diversas variantes.

ARTIGO 10.º > ORGANIZAÇÃO E ENCARGOS

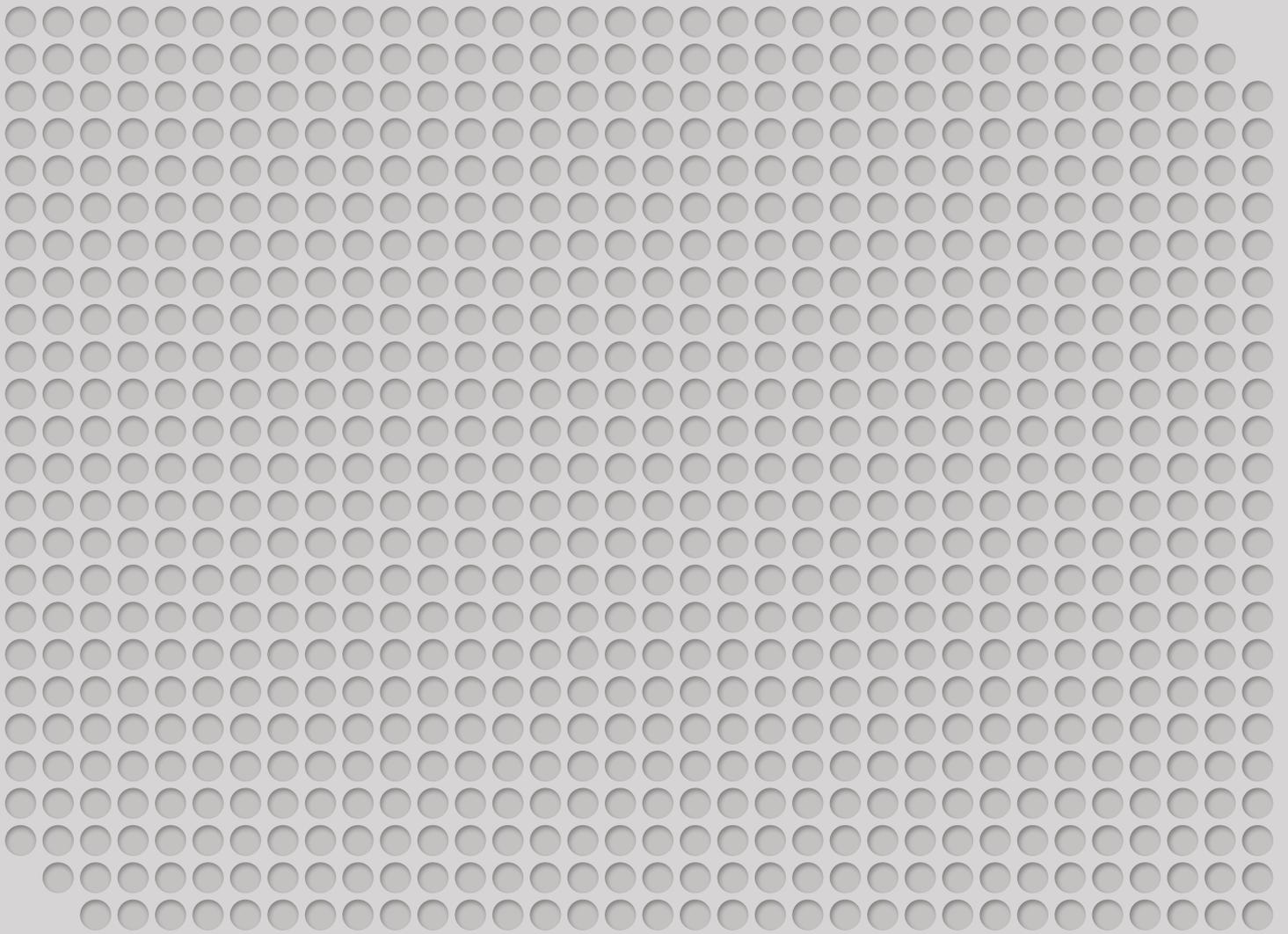
1. A organização da cerimónia de atribuição do prémio incumbe ao IHRU, bem como todos os encargos associados.
2. O IHRU procede à divulgação do prémio e fixa anualmente os períodos de candidaturas e os prazos para as práticas dos actos procedimentais necessários, os quais serão divulga-

dos no Portal da Habitação conjuntamente com a demais informação relevante.

3. O IHRU procede à publicitação dos trabalhos premiados da categoria das teses de mestrado e de trabalhos científicos, bem como à publicação da tese de doutoramento premiada.

ARTIGO 11.º > ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO

O IHRU reserva-se o direito de alterar qualquer disposição do presente regulamento, sempre que considere conveniente, dando conhecimento dessas alterações pelos meios que julgar convenientes.



PRÉMIO IHRU 2011



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO